

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 55
AGOSTO 2011



Um novo olhar sobre velhos consensos

ALIMENTOS: só aumentar a produção não resolve

CARVÃO MINERAL: ponte para a energia do futuro?

CONFERÊNCIAS DA ONU: outros modelos estão na mesa

EMISSÕES: consumo, e não eficiência, deve ser centro do debate

Nova economia de fato

Há mais de dois anos, na edição 31, levantamos um questionamento de Tim Jackson (autor de *Prosperidade Sem Crescimento?*) sobre a efetividade ecológica da chamada economia verde. Nesse estudo, o líder do grupo econômico da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico atentava para o fato de que o ganho de eficiência promovido por avanços e inovações tecnológicas, com produtos que gastam menos energia e empregam recursos renováveis ou menos matéria-prima não levaria a menores emissões de carbono, pois a poupança obtida com a redução acaba empregada no aumento de consumo de outros produtos ou atividades – é o efeito ricochete. De fato, as emissões não caíram nos últimos tempos.

Voltamos ao assunto nesta edição, que trata de desconstruir algumas “ideias prontas”, como a da eficiência como uma opção por si só salvadora. Estudos recentes, citados no *The New York Times*, indicam que o efeito ricochete seria tão intenso a ponto de anular os esforços. Trata-se de uma informação de peso. A eficiência e o combate ao desperdício continuam dignos de louvor, mas só funcionam em um sistema integrado que coloque o consumo como nó central. Isso significa mudança de comportamento e, sobretudo, valores. Enquanto a eficiência for usada para simplesmente permitir maior consumo, a economia verde não passará de um *business as usual* pintado com essa cor e o problema climático será insolúvel.

O filósofo francês Luc Ferry disse recentemente ao *Valor Econômico* que o capitalismo está mais arrogante que nunca (o que foi aprendido desde a última crise financeira, e com mais uma crise batendo à porta?) e que, se houve alguma mudança provocada pela contracultura dos anos 60, esta se deu no campo moral – flexibilizado para introduzir as massas na sociedade de consumo.

O século XXI pode apropriar-se do discurso da sustentabilidade para reempacotar o ideário do consumo hiperbólico, ou inaugurar uma economia sobre novas bases e valores, que seja de fato verde. A vantagem é que a revolução moral nos deu liberdade de escolha.

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Carolina Derivi
REPÓRTER Eli Ridolfi

EDIÇÃO DE ARTE Dora Dias (Vendo Editorial)
www.vendoeditorial.com.br
CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Antonio Brasileiro, Arthur Fujii, Davi Carvalho, vEduardo Geraque, Fábio Rodrigues, Flavia Pardini, Flavio Gut, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira, Juliana Arini, Lucas Cruz, Regina Scharf, Rick Brunharo, Thais Herrero

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
COORDENAÇÃO Jorge Saad
CONTATO Livia Barros
(11) 3807-7084 / conexao@aiue.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Rico Lins, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS



PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

16 ENTREVISTA

Se a natureza tornar-se visível aos olhos da economia, empresas e governos não poderão mais ignorá-la, acredita Pavan Sukhdev, autor do relatório *Teeb*

22 ABERTURA

Quatro exemplos, nos campos de tecnologia, energia, alimentos, e governança, desafiam o senso comum e mostram como a realidade é mais complexa

40 CONTABILIDADE

Um movimento na direção dos relatórios integrados põe em xeque os tradicionais balanços e permite uma melhor apuração do valor das empresas

44 ENTREVISTA

Raquel Rolnik explica por que o legado urbanístico e socioeconômico dos megaeventos esportivos configura exceção, e não regra

Seções

	06 Notas, Web e Cultura
	10 Estalo
	12 Economia Verde
	49 Coluna
	50 Última

CAPA Arte Digital: Rick Brunharo



Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site da PÁGINA22

INBOX

[Reportagem: “Em busca de reforços” – edição 54] Excelente a escolha de publicar essa matéria ilustrada com as fotos da marcha. É um sintoma da transição que vivemos: usamos as marchas, que são formas antigas de se manifestar, mas nos organizando de forma diferente. **Gabriela Juns**

[Artigo: “Sangue de boi” – edição 54] Com certeza, as autoras desconhecem uma fazenda de pecuária, pois as gramíneas forrageiras, quando bem manejadas, são responsáveis pelo

sequestro do carbono, muito mais que as florestas. É fácil defender o meio ambiente tendo todos os dias arroz, feijão, leite, e roupa para vestir. **Wagner Pires**

O meio ambiente não se faz apenas de CO₂ e, sim, da biodiversidade. Graças a Deus as autoras e muitos outros ativistas têm comida, roupa e condições para estudar e correr atrás de seus objetivos. Parabéns pelo artigo. **Sarah Giassetti**

[Post “Nó de plástico” – Blog da Redação] Achei meio confusas as ideias do texto. Até onde sei,

reutilizar é muito melhor do que reciclar. Acho incorreto dizer que a reutilização apenas retarda a destinação do material ao lixo. Diferente do vidro e do alumínio, o papel também não pode ser reciclado indefinidamente. **Elisa Almeida França**

OUTBOX O argumento da Plastic Pollution Coalition, a que o texto se refere, é que a reutilização do plástico na forma de outros produtos (como camisetas esportivas) não está reduzindo a demanda global por petróleo. Veja explicação mais completa no site.

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

Flavia Pardini, fundadora e colaboradora
A experiência como jornalista em agências de notícias em tempo real, voltadas para o mercado financeiro, despertou Flavia para o que veio a ser a gênese de PÁGINA22 – um elo entre o mundo da economia e o mundo real das pessoas comuns e da natureza. Com Amália Safatle como parceira e o apoio do GVces, ganhou corpo o sonho de fazer tal conexão e, ainda por cima, criar um veículo jornalístico independente de grandes grupos de mídia. Lá se vão quase seis anos – Flavia mudou-se para a Austrália, mas continua conectada à revista. É orgulhosa de que a semente de PÁGINA22 tenha dado tanto fruto.



[SEGUROS I]

Intempéries no balanço

As preocupações com as mudanças climáticas e com catástrofes naturais atingiram o mercado de seguros, que somente nos seis primeiros meses de 2011 cobriu US\$ 60 bilhões em perdas, marca que supera as indenizações em todos os anos anteriores. Outro fato preocupante para as empresas do setor é que ainda faltam seis meses para o final do ano e a temporada de furacões na América do Norte ainda não terminou. Pior: está prevista para ser acima da média em quantidade e intensidade.

Em fórum realizado em São Paulo, em julho, o diretor de grandes riscos da Allianz Seguros, Angelo Colombo, advertiu que a atual precificação dos seguros para catástrofes não é mais suficiente para pagar perdas com desastres naturais.

Instituições internacionais têm feito estudos para quantificar possíveis custos para a indústria de seguros. A Air Worldwide, provedor de *software* de riscos de catástrofes, estima, por exemplo, que, se um furacão de grande proporção atingir a região sul de Nova Jersey e seguir em direção a Nova York, os ressarcimentos somariam até R\$ 110 bilhões.

Os desastres naturais do primeiro semestre arrasaram as expectativas das companhias para este ano. Elas já trabalham com a certeza de que as margens de lucro serão corroídas por pagamento de sinistros devido aos desastres naturais.

As enchentes na Oceania, na Ásia e na Europa contribuíram para destruir a esperada margem de lucro das empresas de seguros neste ano, o que deve fazer os preços aumentar em 2012, para repor as perdas. Em 2011, tornados e ciclones, nos EUA, devem gerar indenizações de aproximadamente US\$ 15,5 bilhões, três vezes superior à média para todo o ano, nas últimas duas décadas.

– POR DAVI CARVALHO

[SEGUROS II]

OPORTUNIDADE DE NOVOS PRODUTOS

De modo a aumentar e recuperar a capacidade de indenizar perdas, o setor tem buscado usar os eventos naturais como estímulo para o desenvolvimento de novos produtos e mecanismos de compensação no mercado financeiro, como a emissão de títulos Catastrophe bonds (Cats), que tem o objetivo de compartilhar com o mercado as perdas com eventuais catástrofes.

A cada ano, a indústria de seguros oferece novas coberturas mais específicas para casos de perdas relacionadas a chuvas, enchentes, secas e deslizamentos. Nas áreas de agricultura, energia, mineração e varejo estão os públicos-alvo dos novos produtos, que cobrem, por exemplo, falta ou excesso de chuva nas plantações e nas operações ligadas à mineração, baixa produção de energia ou alimentos e queda nas vendas causada por catástrofes naturais. (DC)

[EFICIÊNCIA I]

“CRESCER CUIDANDO”?

A defesa do meio ambiente e a busca pelo crescimento econômico, geralmente, são apresentadas como duas temáticas antagônicas, mas o documento *O Uso Eficiente de Recursos na América Latina: Perspectivas e implicações econômicas*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado em junho, trata os dois assuntos de forma não excludente, sob a abordagem “crescer cuidando”.

O estudo defende a ideia de que o uso mais eficiente dos recursos hídricos, de solo e de energia pode exercer um papel fundamental para garantir a continuidade do desenvolvimento produtivo com competitividade e, ao mesmo tempo, ser uma ferramenta poderosa para promover a redução da pobreza e das desigualdades em países da América Latina.

A defesa da eficiência baseia-se na opinião de que uma utilização mais competente – minimizando desperdícios

– dos recursos daria competitividade industrial aos países estudados (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai) e aperfeiçoaria o perfil da especialização produtiva e do tipo de inserção internacional das nações.

O “desenvolvimento sustentável” defendido no trabalho requer do Estado um papel de liderança, articulação, fomento, regulamentação e controle. Apesar da presença mais forte do Estado, o documento afirma que as políticas públicas por si só não são suficientes e devem ser implementadas promovendo cooperação público-privada e acordos com diversos atores envolvidos.

Reportagem à página 24, sobre o chamado efeito ricochete, menciona justamente o risco de a mera busca por eficiência servir apenas para promover o crescimento econômico, estimulando aumento do consumo, uso de recursos naturais e emissões de carbono – o que colocaria em xeque seus benefícios ecológicos e não melhoraria a qualidade



JUSTIN HOBSON

do desenvolvimento. Assim, a eficiência e o combate ao desperdício devem ser vistos sob uma perspectiva integrada, com reflexão sobre a cultura de consumo e valores da sociedade. (DC)

[FORMAÇÃO]

ATIVISMO SE APRENDE EM AULA?

Para o ex-integrante do Greenpeace, Marcelo Marquesini, sim. Sua experiência o fez crer que faltava uma formação mais estruturada de ativistas no Brasil. Faltava. Pois acaba de ser lançado o curso Ativismo e Mobilização para a Sustentabilidade, com apoio de 13 organizações da sociedade civil.

O entendimento que a iniciativa tem sobre ativismo mostra o tamanho do desafio: “É mais que mero protesto organizado, é propor soluções, não se resignar diante de um problema. É promover uma ação continuada para a mudança social, ambiental ou política”.

No coração de toda essa história está a comunicação, que exige estratégia e técnica

elaboradas para conquistar, para além dos simpatizantes do movimento, aqueles que pensam diferente e são capazes de promover mudanças efetivas.

O curso consiste em jornada on-line de 3 semanas, imersão de 65 horas e 1 pós-imersão de 1 mês, na qual os participantes desenvolverão um projeto de campanha individual ou em grupo.

A etapa on-line trará conteúdos da sustentabilidade – da história do socioambientalismo até a relação entre economia, sociedade e natureza – e de ações coletivas e movimento social; e promoverá análises do ativismo atual e teoria de campanhas. Depois, é prática e mais prática. Entre os palestrantes, nomes como os de Marina Silva, Ricardo Abramovay, Tasso Azevedo, André Lima e Marcos Sorrentino, além do próprio Marquesini.

As inscrições em São Paulo estavam previstas para se encerrar em 9 de agosto, mas o curso deve se estender a Brasília e Manaus. Mais informações em ativismo.org.br – POR AMÁLIA SAFATLE

[EFICIÊNCIA II]

Meio tanque

Na mesma semana em que republicanos e democratas concordaram com a elevação do teto da dívida do Tesouro, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, já havia conseguido fechar outro acordo duríssimo. Todas as principais montadoras em atividade no país aceitaram quase dobrar o padrão de eficiência energética dos veículos motorizados até 2025.

A partir do ano que vem, as 13 empresas – que juntas respondem por 90% dos veículos vendidos nos EUA – começam uma evolução paulatina dos padrões até que seja alcançada a marca mínima de 54,5 milhas por galão de gasolina (pouco mais de 23 quilômetros por litro). A exigência atual é pelo desempenho de 27,8 milhas por galão.

A nova regulamentação deverá provocar uma queda dramática no consumo de petróleo naquele país: 12 bilhões de barris serão poupados. A partir de 2025, a previsão é de que os americanos estejam consumindo menos 2,2 milhões de barris por dia, segundo informações da Agência de Proteção Ambiental (EPA). Isso equivale a metade do que hoje é importado diariamente dos países da Opep.

“Esse acordo representa o maior passo que nós já demos como nação na direção de reduzir a dependência do petróleo estrangeiro”, disse Obama. Já com relação às emissões de gases de efeito estufa, o triunfo é mais nebuloso, uma vez que as famílias americanas deixarão de gastar US\$ 1,7 trilhão nos postos de gasolina e isso pode estimular a elevação do consumo de energia em outras frentes.

Sintomaticamente, o *press release* da EPA menciona a necessidade de outras medidas capazes de “mudar o jogo” do desempenho energético no transporte de passageiros, tais como incentivos ao desenvolvimento da tecnologia de células combustíveis.

– POR CAROLINA DERIVI

FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA 22



A temática ambiental é recorrente no trabalho de Adolfo Borges, paulistano que vive em Cotia há seis anos, de onde idealiza vídeos e roteiros para histórias com pé e cabeça, recheadas de potente crítica e humor.

Seu *A Era de Plástico* busca ampliar o sentido da palavra “plástico”, para além do entendimento do material na lógica da sustentabilidade. No curta, Borges entrevista artistas na tentativa de trazer novas reflexões sobre o dejetivo-vilão.

“Sustentabilidade tem tudo a ver com valores ancestrais”, afirma o documentarista. Diante da constatação, ele fez *Passado, Semente e Futuro*, uma análise sobre as sementes que se perderam, levando embora muitas espécies diante do cenário monocromático-produtivo dos cultivos hoje em dia.

As pesquisas para os vídeos levaram Adolfo a cursos de agricultura orgânica e hortas escolares para educadores. Ele também se envolveu com o movimento Slow Food e trabalha com um grupo que debate a questão das sementes com o objetivo de estimular o conhecimento sobre o assunto e a distribuição das mesmas. “Organizamos uma feira em São Paulo e minha produtora, a Resgate Cultura, está fazendo a documentação dos produtores que utilizam esses tipos de sementes.”

Seu trabalho mais surpreendente talvez seja o vídeo *Chega de Fossa*, que conta o drama de um casal ao perceber que a fossa da casa contaminava o lago próximo, os questionamentos sobre assunto tão real quanto embaraçoso e as alternativas diante daquela situação.

Alguns vídeos de Adolfo podem ser vistos em seu canal no YouTube: [ADOLFOBORGES9](https://www.youtube.com/channel/UCADOLFOBORGES9)

Se você deseja participar desta seção, escreva para LEITOR@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Adolfo Borges, escreva para adolfoborges9@yahoo.com.br e resgate@resgatecultura.com

PRATA DA CASA

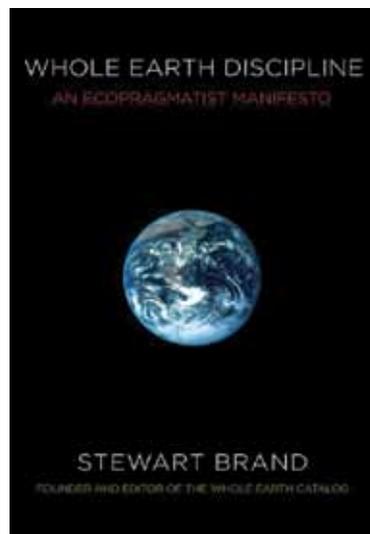
Eco-lição-de-casa

Enquanto permanece incerta a “nova forma de fazer política”, perpetrada por Marina Silva e sua ampla rede de seguidores, o economista José Eli da Veiga descreve pelo menos três conselhos concretos para o futuro do pensamento socioambiental e sua viabilidade política.

Em artigo publicado com exclusividade em nosso website (“Triplo desafio à ideologia verde”), o professor da FEA-USP e especialista em ecodesenvolvimento resenha o livro *Whole Earth Discipline: An ecopragmatist manifesto*, de Stewart Brant, militante histórico do ambientalismo mundial. Nas palavras de Veiga, Brant demonstra que os verdes “ficaram presos a sentimentalismos que não se traduzem em políticas capazes de galvanizar as amplas bases sociais que até agora apoiaram a decadente socialdemocracia”.

Uma audaciosa revisão das bandeiras originais, destinada a oferecer soluções pragmáticas, é o que propõe o ambientalista americano. Sua crítica se dirige à oposição irrestrita aos transgênicos e à energia nuclear. Brant ainda identifica uma grande lacuna de conhecimento em sustentabilidade no campo do planejamento urbano. Segundo o professor brasileiro, o livro poderia contribuir “para a superação das principais incongruências intelectuais dos partidos verdes”.

José Eli da Veiga é articulista colaborador de PÁGINA22 e escreve periodicamente na seção Análise, também disponível em fgv.br/ces/pagina22.



ALÉM DO TED

Quem gosta da plataforma TED (Technology, Entertainment, Design), que reúne palestras em vídeo sobre os mais diversos assuntos, deve saber que eles não estão sozinhos na curadoria de boas ideias via internet.

O site BigThink.com tem uma proposta muito parecida, com algumas vantagens. Os vídeos com entrevistas de estudiosos vêm acompanhados da transcrição, o que lhe dá a opção de ler ou assistir, especialmente útil naqueles dias em que a conexão não colabora.

O site também não se limita ao conteúdo exclusivo e funciona como um agregador de ideias veiculadas na imprensa e nos blogs. Assinar o feed RSS ou acompanhar no twitter (@bigthink) garante um excelente termômetro de debates interessantes na web, sem discriminação. O ponto negativo é que, diferentemente do TED, não oferece legendas em diversas línguas. Tem que saber inglês.

VIZINHANÇA GLOBAL

A exposição *6 Bilhões de Outros* já deixou o Brasil (esteve em cartaz no Masp, em São Paulo), mas continua na internet. São mais de 5.600 entrevistas em vídeo realizadas com pessoas de 78 países.

Idealizado pelo fotógrafo francês Yann Arthus-Bertrand, o projeto é uma ode à humanização num tempo em que o fluxo de informação nos aproxima, mas vizinhos frequentemente não passam de estranhos. “A época na qual uma pessoa podia pensar apenas em si mesma, ou na sua pequena comunidade, já passou. De agora em diante não podemos ignorar o que é que nos une”, diz Bertrand.

No site 6milliardsdautres.org o internauta é convidado a conceder sua própria entrevista sobre temas tão pessoais quanto “o pior momento da sua vida” ou “o que aprendeu com seus pais”, além de assistir a outros depoimentos. Também é possível colaborar como tradutor ou moderador do site.

VALE O CLICK

UNIVERSIDADE ABERTA

A Open University, uma das maiores escolas de educação à distância da Europa, oferece dezenas de cursos gratuitos pela internet. Na categoria “Meio ambiente, desenvolvimento e estudos internacionais”, são 28 opções que variam de 3 a 40 horas de estudo. Também é possível candidatar-se a cursos de pós-graduação, mais baratos que o padrão internacional. A pós em “Tomada de decisões ambientais: uma abordagem sistêmica”, por exemplo, sai por 1.800 libras (aproximadamente R\$ 5 mil). Openlearn.open.ac.uk

LESTER BROWN

Não é fácil descobrir, mas oito livros de um dos analistas ambientais mais influentes do mundo estão disponíveis para download, incluindo toda a série *Plano B* – a edição mais recente, *Plan B 4.0: Mobilizing to save civilization*, concentra-se em segurança alimentar. O internauta precisa clicar no botão “comprar”, para só depois descobrir o PDF gratuito. Earth-policy.org/books

VOCÊ NO PARLAMENTO

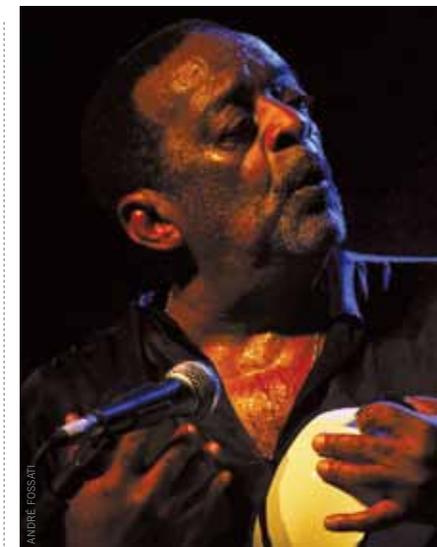
Está na reta final a campanha do Movimento Nossa São Paulo, em parceria com a Câmara dos Vereadores, para que os paulistanos escolham quais devem ser as estratégias prioritárias em cada área de governo. O questionário fica on-line até 15 de agosto. VocenoParlamento.org.br



Naná e os batuques do corpo

Considerado o maior percussionista brasileiro, Naná Vasconcelos está com trabalho novo na praça: *Sinfonia e Batuques* registra os seus encontros com crianças do Recife, com a água (“Batuque das Águas” é uma experiência de fazer da água percussão) e até uma homenagem a Milton Nascimento. O disco tem também uma música de sua filha Luz Morena e uma faixa que traduz sua vivência com os *workshops* orgânicos – oficinas que o músico pernambucano dá pelo Brasil e nas quais aplica sua metodologia de aprendizado dos sons por meio do corpo. “O que a gente aprende na teoria se esquece, mas o corpo nunca esquece”, diz.

Na faixa-título do CD, ele imagina sonoramente a comunhão entre os batuques



e uma orquestra, o popular e o erudito. “Imaginei uma orquestra ensaiando no parque, aí começaram a passar uns batuques, o maestro não parou a orquestra e os batuques também não pararam. Imaginei ‘lindo’”, diz o músico.

Naná desenvolve um trabalho social com crianças e recentemente lançou o DVD *Língua Mãe*, reunindo meninos de Angola, Portugal e do Brasil para a gravação de músicas folclóricas brasileiras. O projeto reuniu, em espetáculo, 120 crianças dos três continentes, regidas por ele e acompanhadas da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, de Brasília. “A África é a espinha dorsal da nossa cultura, quer você queira, quer não. Queira”, convida Naná.

O Terceiro Mundo de Marilá Dardot

A Galeria Vermelho apresenta, até o final deste mês, a exposição *Introdução ao Terceiro Mundo*, de Marilá Dardot. A ideia inicial surgiu do conto *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*, do escritor argentino Jorge Luis Borges. Na história, Borges aborda um artigo enciclopédico sobre um enigmático país chamado Uqbar e que é a primeira indicação sobre *Orbis Tertius* (Terceiro

Mundo, em latim). Na sala 2 da Vermelho, Marilá Dardot constrói um espaço que funciona como o avesso de uma sala de exposições. Um pequeno museu apresenta uma *Introdução ao Terceiro Mundo*, composta de mapas, bandeira, amostras de objetos e verbetes como “Flora”, “Água”, “Universo” e “Arquitetura”. Tudo isso foi criado a partir de reproduções fotográficas de obras de

arte e textos de artistas e escritores como Rivane Neuenschwander, Fabio Moraes, Sara Ramo, Italo Calvino e Julio Cortázar. O museu é incompleto e deixa lacunas para o visitante estabelecer conexões, fazer relações entre coisas que estão e que não estão apresentadas naquele espaço, ou seja, construir seu próprio Terceiro Mundo. Onde: Rua Minas Gerais, 350, São Paulo-SP.

Os filmes que sonhamos



O livro *Os Filmes Que Sonhamos* traz 58 resenhas sobre filmes lançados aqui pela Lume Filmes, a mais importante distribuidora de cinema autoral e independente no Brasil. Cada resenha é assinada por um crítico diferente e os textos foram organizados pelo diretor da Lume e idealizador do projeto, Frederico Machado. São filmes que vão desde clássicos do cinema japonês, com obras de Ozu e Mizoguchi, até trabalhos marcantes realizados nos países do Leste Europeu durante o período da Cortina de Ferro, além de filmes seminais do Cinema Marginal Brasileiro e obras mais contemporâneas com a assinatura de cineastas europeus. Nas lojas em 15 de agosto.

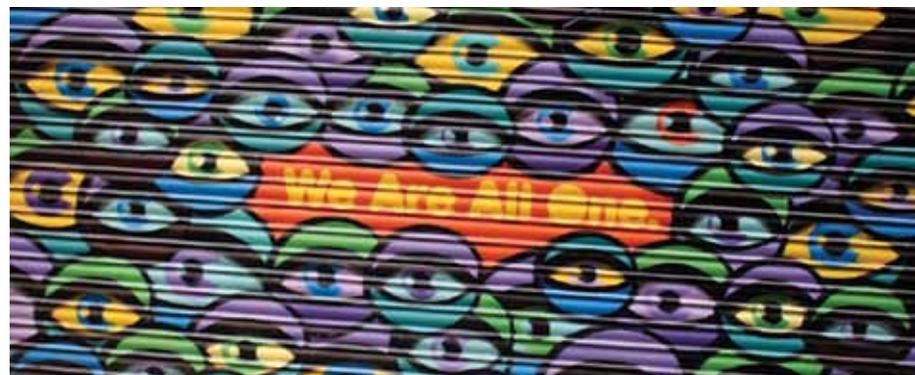
Darcy no bolso

Quem será um substituto natural para Darcy Ribeiro, o antropólogo poeta que botava a mão na massa ao mesmo tempo que teorizava vigorosamente? A coleção *Darcy de Bolso* difunde em pílulas um pouco da sua obra generosa e tão essencial ainda por hoje. São dez livrinhos que buscam seduzir principalmente o público jovem com textos de seus livros fundamentais – *O Povo Brasileiro*, *Diários Índios*, suas *Memórias*, entre outros. A coleção aborda a infância em Montes Claros, os anos de formação em Belo Horizonte, os amores, os tempos em que viveu com os índios, a visão sobre o Brasil, as reflexões sobre a América Latina, o depoimento sobre o golpe de 1964 na era Jango, a criação da Universidade de Brasília (UnB) e a vivência do exílio. Altamente recomendável para dias de desânimo e apatia.

Caldeirão da paz

Pesquisas nos Estados Unidos relacionam a queda nos índices de criminalidade à presença de grupos minoritários, como imigrantes e gays, e derrubam o senso comum e o preconceito **POR THAÍS HERRERO**

Você saberia dizer qual dessas gerações americanas viveu com as maiores taxas de criminalidade: a que passou pela Grande Depressão de 1929; a da época dos hippies dos anos 1960, que pregavam “paz e amor”; ou os que presenciaram a imigração meteórica de latino-americanos de baixa renda, na década de 1990? Segundo estudos publicados recentemente, o que parece óbvio pode nos enganar. Nos anos 60, os casos de violência explodiram, mas desde 1994 têm caído, registrando em 2010 as menores taxas já vistas, mesmo depois da crise econômica nos dois anos anteriores.



O motivo, segundo James Q. Wilson, cientista político e especialista em crimes urbanos, seria que a revolução cultural da década de 1960 motivou certa anomia e um clima de tensão como efeito colateral das manifestações e da desobediência civil. Já durante as crises, as pessoas tendem a levar mais a sério o autocontrole e as regras sociais. Atualmente, no entanto, o principal fator para as baixas taxas de violência estaria ligado à diversidade humana. Alguns estudos mostram que, quanto mais diversa uma cidade, mais pacífica ela tende a ser.

É o que revela o estudioso americano sobre cidades criativas Richard Florida [1]. Ele notou que em cidades densamente povoadas, principalmente por grupos minoritários como imigrantes, negros e gays, a ocorrência de crimes caiu entre 1990 e 2008.

Assassinatos, estupros e roubos diminuíram em 5,5% entre 2009 e 2010 e as quedas foram mais expressivas em aglomerados urbanos, considerados “caldeirões de crimes”, como Nova York. Segundo Florida, essas análises mostram que a porcentagem de população hispânica é inversamente proporcional à violência. “Não só encontramos uma correlação negativa entre a presença de estrangeiros e crimes em geral (menos 3,6%), como entre vários tipos de ocorrências – de assassinatos a incêndios criminosos e roubos de carro”, diz.

Outro estudo, da Instituição Brookings, voltada para ciências sociais, economia e políticas urbanas nos EUA, reconhece que, na década de 1990, o crime era associado à presença de estrangeiros. Mas essa relação desapareceu em 2008 e os melhores resultados foram constatados onde a proporção de minorias, como latino-americanos, gays e não brancos em geral, aumentou, seja em comunidades ricas, seja nas pobres.

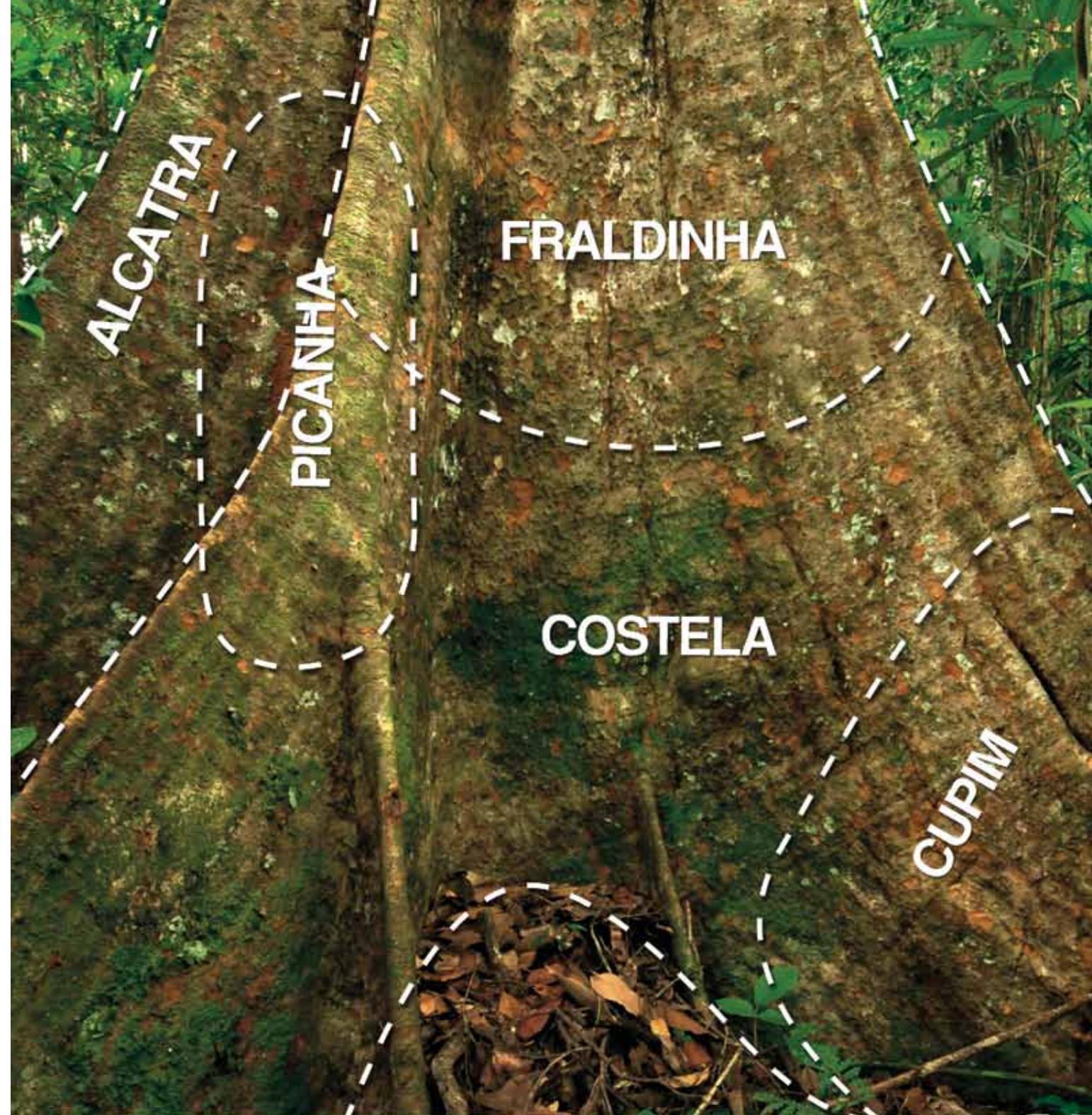
A conclusão de Florida é que fatores sociais e econômicos (espírito empreendedor, ou medo de se deportado, por exemplo) tornam os imigrantes “bons vizinhos” com capacidade de influenciar não só “seus próprios enclaves, como também as comunidades em seu entorno”. Trata-se de um efeito civilizatório oriundo das trocas culturais, oportunidade que se exacerba nas grandes cidades, povoadas pelas mais diferentes tribos.

Fabio Storino, secretário-executivo do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas, e doutor em política de segurança pública, exemplifica: “O primeiro beijo gay num bairro tradicional pode gerar protestos da liga de senhoras católicas. O segundo, uma carta enfurecida sobre a degradação dos bons costumes ao jornal do bairro. Depois do milésimo, a sociedade acaba se acostumando. Se hoje parecemos mais tolerantes, é porque fomos maciçamente expostos às diferenças”, diz.

Considerando que o fenômeno verificado nos EUA não se refere apenas à redução dos crimes de ódio, motivados pela intolerância, tudo indica que a abertura à diversidade gera cidadãos mais satisfeitos com suas próprias vidas e acaba influenciando a relação com o meio e com as outras pessoas. “A maior felicidade e satisfação com a cidade aumenta a perspectiva dos jovens imigrantes – e mesmo a dos não migrantes –, o que leva a um ambiente menos propenso ao crime”, analisa Storino.

Esse argumento é corroborado pelo sociólogo Robert J. Sampson, da Universidade Harvard, que encontrou os mesmos resultados em um extenso estudo sobre a criminalidade em Chicago, entre 1995 e 2003, e as características demográficas de seus bairros. Sampson explica que os fluxos migratórios ajudaram a revitalizar áreas urbanas antes decadentes em todo o país, mas sua principal hipótese é a de que a mistura cultural teria esvaziado antigos códigos associados ao comportamento violento, como “salvar a face” ou demandar respeito dentro da “cultura de rua”.

Talvez o exemplo americano possa servir de inspiração ao Brasil, país também diverso e fundado na imigração. Aprender como conviver com as diferenças, e até valorizá-las, é o primeiro passo na direção de uma cidade verdadeiramente civilizada e segura.



A carne que você come pode estar comendo a Amazônia.

A pecuária ocupa 80% das áreas já desmatadas na Amazônia brasileira. O Greenpeace investiga e denuncia quem faz parte dessa cadeia criminoso de produção de carne. Os consumidores já deram seu recado: não querem produtos originários de desmatamento. Junte-se ao Greenpeace e seja você também parte da solução. Acesse nosso site.

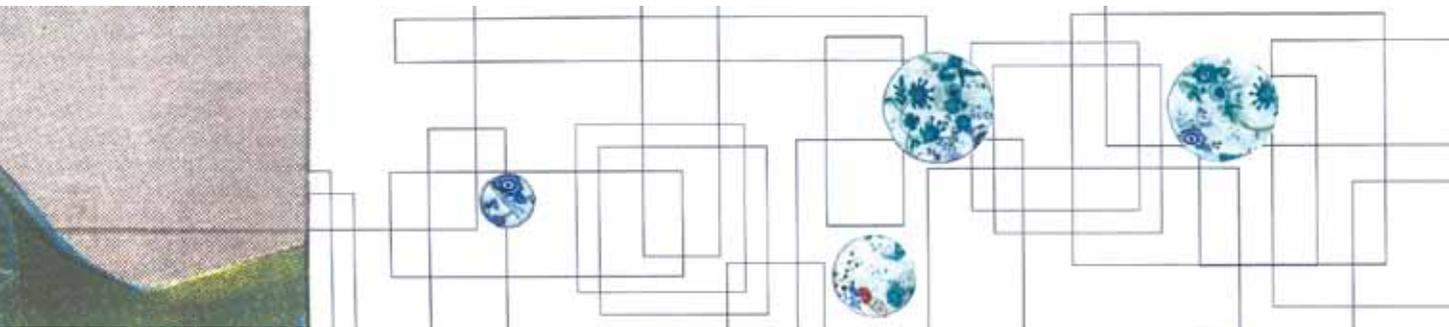
Desmatamento Zero, futuro do Brasil.

GREENPEACE
www.greenpeace.org.br

[1] O artigo *Why Crime Is Down in American Cities* está disponível no site theatlantic.com

[ECONOMIA VERDE]

A pegada **líquida** | Empresas vão além da gestão convencional da água nas fábricas e passam a mapear seu uso de fornecedores a consumidores **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**



Um pequeno grupo de empresas, com Natura, Fibria e Ambev à frente, tenta cruzar a fronteira da gestão convencional da água no Brasil, centrada na redução do consumo nos limites das fábricas. E o fazem medindo a pegada hídrica da cadeia de valor de sua produção – que engloba a demanda de água dos fornecedores de insumos, das operações diretas e no uso do produto pelo consumidor. O conceito da pegada hídrica foi desenvolvido na década passada por Arjen Hoekstra, da Universidade de Twente, na Holanda, e pelo nepalês Ashok Chapagain, assessor-sênior de água do WWF do Reino Unido. Hoekstra também foi o mentor da Rede de Pegada Hídrica (WFn, na sigla em inglês, waterfootprint.org), cuja metodologia, aplicada pelas empresas brasileiras, classifica a pegada em água verde (consumida na produção de insumos vegetais), água azul (captada diretamente dos rios) e água cinza (necessária para diluir matéria orgânica dos efluentes).

A Natura estuda a pegada hídrica de seus produtos desde 2008. Em um projeto-piloto conduzido em 2009 e 2010, a empresa averiguou que 62% da água consumida na cadeia de valor do desodorante Kaiak Aventura Masculina referem-se à “água verde”, em função do álcool, oriundo da cana-de-açúcar. Constatação inversa ocorreu no óleo corporal trifásico Maracujá, que usa só 2% de “água verde”, mas 98% de água cinza, por se associar ao consumo de água no banho. “Estamos desenvolvendo indicadores baseados na pegada hídrica para aprimorar nossa gestão ambiental”, explica Ines Francke, pesquisadora da Natura. Em decorrência do projeto, a empresa verificou que o álcool orgânico diminui a pegada em 50%. O curioso é que a migração de toda a linha de perfumes e desodorantes para o álcool orgânico, ocorrida entre 2007 e dezembro de 2009, foi obra de outro indicador, o de emissões de carbono. Apesar de mais caro, o álcool orgânico permitiu à empresa cortar em 50% as emissões da produção dos itens de perfumaria.

A Fibria e a Ambev procuraram na Universidade de

São Paulo assessoria técnica para o cálculo da pegada hídrica. Na Fibria, maior produtora mundial de celulose de fibra curta, são os pesquisadores do grupo de governança da água do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam) da USP, que desde março desenvolvem o estudo.

Seu relatório preliminar deverá ficar pronto até outubro, informa Danilo Henrique Vergilo, coordenador de meio ambiente industrial da unidade da Fibria em Jacareí (SP), uma das três da empresa. “Queremos olhar para a cadeia de valor da celulose com ferramentas de gestão mais robustas, como a pegada”, assinala Vergilo.

Procurada por meio de sua assessoria de imprensa, a Ambev não atendeu ao pedido de entrevista. Do que é divulgado em seu site, é possível saber apenas que o estudo sobre pegada hídrica começou em janeiro de 2010, em parceria com a WFn e pesquisadores da Escola de Engenharia do campus da USP em São Carlos (SP). Com a pegada, a Ambev informa que poderá recomendar ações a seus fornecedores para diminuir o consumo de água utilizada nas diferentes fases da produção da cerveja.

Aparentemente, a água é tema de comunicação mais fácil com o público do que o carbono. No entanto, as empresas usam para adaptar a metodologia da WFn a regiões onde operam. “A metodologia precisa evoluir e ficar mais prática”, observa Sergio Camargo, gerente de tecnologias sustentáveis da Natura. Segundo o executivo, ela requer ferramentas sofisticadas para sua implementação e gestão dos resultados, tais como bases de dados regionalizados, e precisa incorporar questões como a falta de saneamento básico. “Quando usados no banho, alguns produtos podem impactar a água, se esta não for tratada posteriormente”, adverte Camargo, indicando que determinadas soluções dependem de modificações na esfera dos fornecedores: “Nossos produtos terão menor impacto se técnicas mais sustentáveis forem utilizadas na agricultura”.

CURTAS EMPREGO VERDE NOS EUA

O dado surpreenderá muita gente: a economia verde nos Estados Unidos emprega em torno de 2,7 milhões de pessoas, mais que o setor de combustíveis fósseis; é menor do que o setor de tecnologia da informação, mas maior do que a área de biociência. Essa é uma das conclusões do relatório *Sizing the clean economy*, uma avaliação sobre o emprego verde, publicado em julho pela influente Brookings Institution (ver em bit.ly/qCh2J8).

MAIS NOS TRADICIONAIS

Está nos segmentos mais

tradicionais – industrial e serviços públicos – a maior parte dos trabalhadores da economia “limpa”, que ainda emprega menos pessoas nos setores de energia solar e eólica, biocombustíveis e baterias.

RESPONSABILIDADE COMUM

Assinado pelos pesquisadores Daniel Silva e Paulo Barreto, estudo do Imazon (*A viabilidade da regularização socioambiental da pecuária no Pará*) propõe à cadeia de negócios da carne um incentivo para a regularização trabalhista e ambiental das fazendas do estado.

ESTÍMULO COMPETITIVO

Seria na forma de um prêmio, que varia de 12% a 16% sobre o preço médio de 2009 (R\$ 77 a arroba), para tornar competitiva a renda da fazenda regularizada e com rastreabilidade, sem perder vantagem comparativa no mercado internacional. Acesse o estudo em bit.ly/nK7ROB.

CONTRIBUIÇÃO OPORTUNA

A menos de um ano da Rio+20, o debate sobre economia verde recebe oportuna contribuição, com o lançamento em julho

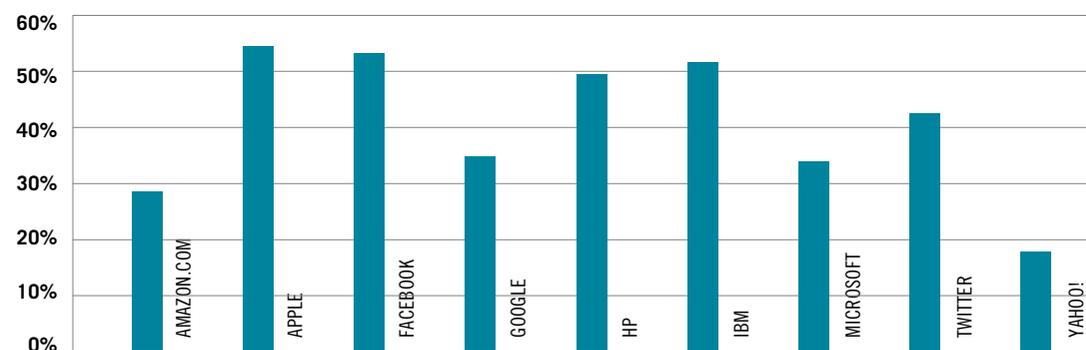
da edição 8 da revista *Política Ambiental*, da Conservação Internacional, cujo tema é “Economia verde: desafios e oportunidades”. Pode ser baixada no item Publicações do site conservacao.org.

PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO

Na edição, além de análises sobre valoração e precificação de recursos naturais e pagamento por serviços ambientais, também há abordagens sobre mecanismos de mercado e políticas capazes de acelerar a transição para uma nova economia. **(JAGP)**

Nuvens **pesadas** | Centros de dados das maiores empresas de TI ainda dependem de carvão mineral **GISELE NEULS**

DATA CENTERS MOVIDOS A CARVÃO



* PARTICIPAÇÃO DA FONTE NA DEMANDA TOTAL DE ENERGIA DA EMPRESA. FONTE: GREENPEACE INTERNATIONAL. ELABORAÇÃO: P&M22.

As tecnologias de informação (TI) têm sido incluídas nas estratégias de muitas empresas para reduzir o consumo de tempo, espaço e papel. A chamada computação nas nuvens tem maravilhado usuários e empresas com acesso remoto e sincronização de dados a partir de qualquer conexão com a internet. Mas guardar arquivos nas nuvens não significa menos emissões de carbono. Estudo do Greenpeace International, publicado em abril deste ano, mostrou que as maiores empresas do setor usam o carvão mineral como principal fonte de energia elétrica (*mais sobre o combustível em reportagem à pág. 28*). Gigantes como Google, Facebook e Apple

estão expandindo suas infraestruturas em lugares onde a energia barata do carvão é abundante, como a Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

O documento ainda aponta falta de transparência sobre as pegadas de carbono e energia dessas indústrias. Segundo o Greenpeace, as inovações gestadas pela TI podem redundar em corte de emissões em todos os setores da economia. Para isso, porém, as próprias empresas precisam abraçar as fontes limpas como principal elemento no fornecimento de energia. O estudo *How dirty is your data*, somente em inglês, está disponível em greenpeace.org/coolit.

Travessia turbulenta | Fontes fósseis ainda representam 85% da energia utilizada nas usinas de aço **EDUARDO GERAQUE**

A travessia que o setor de aço pretende fazer no Brasil para ter uma matriz energética significativamente mais limpa mal começou. O problema maior é que a embarcação parece ancorada. Entre 2007 e 2009, segundo dados do Instituto Aço Brasil (IABr), que congrega as principais empresas siderúrgicas, o uso de fontes renováveis – basicamente hidreletricidade e carvão vegetal – estancou na fatia de 15% da energia total consumida na produção de ferro-gusa e aço. A entidade ainda não divulgou dados referentes a 2010. Também é difícil conseguir informação clara, de fácil leitura e atualizada sobre a evolução das fontes renováveis na matriz energética das siderúrgicas.

Das quatro maiores companhias do ramo – ArcelorMittal, Usiminas, Gerdau e CSN –, somente a segunda dispunha no fim de julho de relatório de sustentabilidade relativo a 2010 com informações sobre a



participação das renováveis, disponível na internet. Mesmo assim, a informação está um pouco prejudicada, pela não desagregação dos dados sobre energia elétrica relativamente às diferentes fontes. Resta supor que o consumo elétrico da Usiminas segue, *grasso modo*, o perfil da matriz de energia elétrica brasileira, em que hidreletricidade e biomassa representam cerca de 75% da matriz elétrica gerada. Temos, então, que a porção renovável

da energia utilizada no ano passado pelas duas fábricas da companhia, localizadas em Ipatinga (MG) e Cubatão (SP), teria atingido 5,2%. Como os números do consumo de energia elétrica restringem-se a 2010, não é possível saber se houve aumento da fatia renovável da matriz energética da Usiminas em relação a 2009.

O carvão mineral, principal emissor de gás carbônico entre os combustíveis fósseis,

responde sozinho por 60% da energia empregada nos processos de produção do segmento. Óleo, gás natural e coque são outras fontes sujas utilizadas. Não é à toa que a siderurgia é um dos setores que mais libera CO₂ na atmosfera – em torno de 30% das emissões globais da indústria, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). E utiliza energia tão intensamente que responde por quase um quinto do consumo total do insumo pela indústria.

O IABr não soube dizer quando – e como – o barco navegará em direção a um porto seguro. De acordo com o instituto, o setor siderúrgico está muito à frente de seus concorrentes internacionais no que tange ao uso de fontes renováveis de energia. “A utilização do carvão vegetal como biorredutor (*processo em que o carbono contido no carvão remove o oxigênio do minério de ferro*)

envolve uma tecnologia utilizada apenas no Brasil, que responde por aproximadamente 5% da produção nacional de aço”, observa o último relatório de sustentabilidade do IABr.

Ações para limpar a matriz energética esbarram em obstáculos técnicos e econômicos. Como a tecnologia existente foi desenvolvida para utilizar o coque na produção de ferro-gusa, a substituição do insumo por carvão vegetal nos altos-fornos demanda novos investimentos para que o material possa ser usado em maior escala. O temor da indústria é de que essa troca tecnológica afete a produtividade das empresas brasileiras, que atuam em um mercado conhecido por ser altamente competitivo.

Outro empecilho: não haveria oferta suficiente de carvão vegetal de reflorestamento para substituir totalmente o carvão mineral hoje utilizado pela indústria do aço no País.

Portanto, a troca do insumo fóssil pelo vegetal tende a ser gradual, a depender do ritmo dos investimentos no plantio de eucalipto pelas siderúrgicas, avaliam analistas do setor.

No caso das empresas que navegam exclusivamente pela Amazônia brasileira, outros problemas ainda mais graves precisam ser resolvidos para que o passivo ambiental da siderurgia diminua de maneira mais intensa e veloz. Estudo publicado no final de junho pelo Observatório Social afirma que na Região Norte “grandes siderúrgicas operam com alto índice de ilegalidade”. Das oito empresas investigadas na pesquisa *O Aço da Devastação*, quatro produziram aço em 2010 com carvão vegetal de origem suspeita, provavelmente de floresta nativa desmatada ilegalmente (acesse a pesquisa no item Biblioteca de observatoriosocial.org.br).

(Colaborou **José Alberto Gonçalves Pereira**)

Transparência valerá pontos no ISE

Desde o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), no fim de 2005, o sigilo protege as informações fornecidas nos questionários anuais que servem como base no processo de seleção das empresas. A partir de agora, quem optar pela transparência será recompensado. Nos questionários que subsidiarão a composição da carteira do ISE em 2012, será pedida autorização da companhia para tornar públicas suas respostas. O sinal verde valerá pontos na acirrada disputa por um lugar na carteira.

Outra novidade do questionário deste ano refere-se à contagem de pontos na dimensão “mudanças climáticas” (o ISE é dividido em sete dimensões, entre as quais social, econômico-financeira e governança corporativa). A dimensão climática foi inserida como teste em 2010, sem contar pontos, para detalhar o tema, que já era abordado nos questionários anteriores, mas dentro do escopo ambiental. O questionário – que precisa ser respondido até 16 de setembro –

pode ser consultado em isebvmf.com.br.

Na Bolsa, o ISE mantém valorização significativamente superior à do Índice Bovespa (Ibovespa). No período de 12 meses encerrado em junho, o ISE subiu 11,73%, enquanto o principal indicador do mercado acionário brasileiro teve alta bem mais modesta, de 2,41%. (**JAGP**)

EVOLUÇÃO % EM 12 MESES* (JUNHO 2010 = 100)



ENTREVISTA MARCELO MESQUITA

LUGAR DE SOBRA AO SOL

O binômio Sol e fontes energéticas mais limpas vem sustentando o crescimento do setor de energia solar no País. De 2009 para 2010, o faturamento das mais de 200 empresas do segmento cresceu 20%, alcançando meio bilhão de dólares no ano passado. O cenário continua favorável à expansão do setor, segundo Marcelo Mesquita, gestor do departamento nacional de aquecimento solar (Dasol) da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava). Ele fala a PÁGINA22 sobre mercado, desafios tecnológicos e nichos que podem ser ocupados pelas empresas de aquecimento solar.

Quem são os grandes consumidores de energia solar no País? No setor industrial, existem os hotéis, restaurantes e empresas com grandes cozinhas industriais. Os projetos de habitação social, como o Minha Casa, Minha Vida (*do governo federal*) e os da CDHU (*Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano*), do governo paulista, também são obrigados a investir nesse tipo de energia. A área residencial é igualmente importante. Casas de alto padrão e edifícios residenciais também usam equipamentos

de energia solar. Como a tecnologia tem ficado mais barata, as residências a estão consumindo cada vez mais.

Várias cidades brasileiras, como São Paulo, criaram leis que, de certa forma, obrigam ao uso do aquecimento solar. Essa legislação está promovendo aumento nas vendas do setor? No caso específico da cidade de São Paulo, muitas empresas do setor imobiliário resolveram antecipar seus lançamentos para antes da entrada em vigor da lei (*em julho de 2008, obrigando ao uso da tecnologia em imóveis residenciais ou comerciais com quatro ou mais banheiros*). Mas agora já estamos sentindo um movimento maior, devido a essa legislação. Os projetistas, por exemplo, têm trabalhado mais em empreendimentos que vão nascer equipados com energia solar. Ao todo, no Brasil, temos 25 leis municipais e 5 estaduais que estimulam o uso do aquecimento solar.

O crescimento do setor para os próximos anos esbarra em quais tipos de obstáculos?

A tecnologia brasileira é consolidada. O que se discute hoje é o aprofundamento da qualidade dos equipamentos. Coletores, por exemplo,

que sejam mais eficientes, que possam captar cada vez mais energia. O grande problema é a instalação dos equipamentos. Não adianta comprar o coletor em uma loja e pedir para o encanador de confiança instalar. A orientação precisa ser correta, pois, dependendo da região do País, a angulação do coletor muda. A tubulação também precisa seguir um determinado arranjo, para que não ocorra formação de bolhas, de modo que a água circule de forma adequada.

No Brasil, país em grande parte tropical, pode existir algum problema de “matéria-prima” para o aquecimento solar? A insolação aqui é fantástica. Mas, devido à facilidade de se obter hidreletricidade, sempre se optou mais em investir nessa segunda fonte, mas que está ficando mais cara. Santa Catarina é um estado que tem até 40% menos de horas de sol ao dia que outros lugares do País, como Pernambuco. Nesse caso, o projetista precisará programar a instalação de mais coletores (em regiões com menos insolação). Independentemente disso, a fonte solar não é 100% autossuficiente. Tem sempre de haver uma alternativa tradicional complementar. – **POR EDUARDO GERAQUE**

Natureza visível

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA # FOTO ANTONIO BRASILIANO

O economista indiano Pavan Sukhdev largou em fevereiro uma bem-sucedida carreira como alto executivo no Deutsche Bank para se dedicar à missão de tornar a natureza visível aos olhos da economia – uma vez que ela ainda não é internalizada em cálculos econômicos como o do lucro das empresas e o do PIB.

Se o capital natural ganhar luz, empresas e governos não mais poderão ignorá-lo na hora de orçar custos e ganhos de seus investimentos, propõe Sukhdev. Ele esclarece, ainda, que valorar água, fauna, flora, solo e polinização não significa necessariamente fixar preços para os recursos naturais. É, sim – insiste –, uma maneira de explicitar a contribuição do capital natural para a economia de uma empresa, ou mesmo de um Estado.

Na entrevista concedida à PÁGINA22, em São Paulo, no final de maio, Sukhdev falou da guinada de 180 graus na sua trajetória profissional: de executivo mergulhado no mundo dos mercados à sua entrada em um seletor naipe de economistas influentes na discussão sobre uma nova economia, emissora de baixo carbono e harmônica com os limites ecossistêmicos. Contribuiu decisivamente nesse movimento a sua filha Mahima, que, aos 7 anos de idade, na década de 1990, fez com que ele se tornasse um observador de pássaros e passasse a conceber a natureza bem além de seus contornos físicos.

▀ Pavan Sukhdev foi executivo-sênior do Deutsche Bank, liderou o estudo *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* e é o principal autor do relatório *Rumo à Economia Verde*, publicado em fevereiro pelo programa de meio ambiente da ONU (Pnuma), do qual era assessor especial. Preside desde abril a consultoria Gist Advisory

Como um bem-sucedido alto executivo de um banco global como o Deutsche Bank envolveu-se com a área ambiental?

De fato, foi uma combinação. Sempre fui afeiçoado pela natureza. Como alguém que trabalhava na área financeira, pude notar esse dilema entre o valor da natureza e o fato de que isso não entrava em nosso pensamento. Finalmente, uma amiga perguntou-me em Cingapura muito tempo atrás, há uns 14 anos: “Você, que é banqueiro, conte-me por que algumas coisas valem dinheiro e outras não”. O que ela estava querendo mesmo era que eu explicasse a diferença entre valor e preço. Percebi que essa era uma questão profunda. Comecei a ler e a escrever sobre o assunto. Lembro que, em meus estudos de economia na universidade, havia lido sobre externalidades. Dei-me conta de que a questão levantada por minha amiga tinha a ver com externalidades. Isto é, sobre o fato de que, na ciência econômica, a natureza – que é tão valiosa e fornece bem-estar e serviços à economia e às pessoas diretamente – não é internalizada nos nossos cálculos. Não é parte do Produto Interno Bruto (PIB), não é parte dos lucros privados. Então, a natureza fica economicamente invisível a maior parte do tempo.

O senhor está dizendo que, no pensamento econômico neoclássico, os problemas ambientais são externalidades?

É como a questão tem sido apresentada. A comunidade também é uma externalidade nessa concepção mais convencional. Observe os valores que você absorve de sua família, amigos, comunidade, sua vila, seu bairro, de pessoas que trabalham com o senso de bem-estar. Observe quão bem você trabalha com as pessoas. Esse bem-estar é um grande ativo social, bastante produtivo, mas também não entra no retrato do PIB ou dos lucros de uma empresa. As lentes econômicas mais usadas – crescimento do PIB para os países e lucros para companhias – ignoram completamente os dois ativos mais importantes, que são o capital natural, no caso da natureza, e o capital social, no caso da comunidade, porque são considerados externalidades. Voltamos novamente ao problema da riqueza pública, visto que sociedade e valores comunitários e naturais fazem parte da riqueza pública, não pertencem a um indivíduo privadamente.

Qual era sua principal incumbência no Deutsche Bank quando começou a prestar mais atenção aos temas ambientais?

Iniciei minha carreira no Deutsche Bank, na Índia, em 1994. Comandava a divisão de mercados globais na subsidiária do banco. Mudei para Cingapura em 1998 e tornei-me o principal executivo de operações da divisão de mercados globais para a Ásia.

Qual era a missão da divisão de mercados globais?

Gerar lucro provendo os clientes com soluções de gestão de risco em moeda estrangeira, renda fixa e emissões de títulos, basicamente para financiar serviços e desenvolver aqueles mercados financeiros, como o mercado de capitais. Era parte da minha missão pessoal (*no banco*) desenvolver aqueles mercados.

Nada a ver com meio ambiente?

Nada, apenas os negócios convencionais. Meio ambiente não estava na moda. Era como um *hobby* para mim.

Parece que o senhor já era um observador de pássaros na década de 1990.

Na época, tornei-me observador somente por causa de minha filha mais velha. Minha pequena Mahima, que tinha uns 6 ou 7 anos de idade na época, apreciava muito sair para observar pássaros. Isso me tocava muito, e ela abriu meus olhos para a natureza.

Suponho que nesse tempo sua carreira no banco e seu interesse pela natureza caminhavam separadamente. O que o senhor fez para aproximar economia e meio ambiente na sua atividade profissional? Fez alguma especialização, mestrado ou doutorado?

Minha formação inicial foi em Finanças e Economia, bastante convencional, aprendendo sobre externalidades. Mais à frente, tornei-me membro do conselho diretor do Grupo de Ação Ambiental de Mumbai (*Beag*, na sigla em inglês). Seu líder faleceu recentemente (*Shyam Chainani era um dos principais ativistas ambientais da Índia*). Gradativamente, fui ficando pessoalmente interessado em economia ambiental e contabilidade verde, porque via a Índia, meu país, movendo-se na direção da China, que tentava fomentar empregos e um elevado crescimento no PIB. Pude perceber que isso criaria um enorme problema com a modificação de nossa ecologia com a perda de florestas e de água doce.

Quando o senhor esteve mais envolvido com o Beag?

De 1994 a 1998, quando estava na Índia. Era diretor do Beag (*sem remuneração*).

Qual era o objetivo desse grupo?

O papel da organização é prevenir e corrigir danos ambientais. A Índia possui algumas das melhores leis ambientais no mundo. Mas também tem um péssimo resultado no cumprimento delas.

Como no Brasil?

Sim, como no Brasil. (*risos*)

A entidade trabalha pela mitigação de impactos ambientais da indústria e do governo?

Danos ambientais da indústria e, especialmente, do governo. O Beag já levou o governo indiano à Justiça por quase 150 vezes. Ganhamos todas as ações, exceto uma conhecida como caso Mill Lands, em Mumbai.

Do que se trata?

O que aconteceu foi que havia 243 hectares disponíveis para um projeto de revitalização em Mumbai que pertenciam à World Cotton Mills. A lei que fora aprovada em Mumbai previa que um terço do terreno ficaria disponível para parques e jardins, um terço para habitações populares e um terço para o desenvolvimento comercial. Mumbai teria conseguido seu segundo pulmão verde. Entretanto, por causa da corrupção, alguém alterou a lei para ela declarar que a divisão em três partes de um terço somente valeria para o espaço

As lentes econômicas mais usadas veem como externalidades os mais importantes ativos: o capital natural e o social

não construído. Obviamente, a maior parte de uma área ocupada por moinhos é construída, não é aberta. Além de moinhos, sempre há casas e fábricas, por exemplo. A modificação na linguagem da lei foi efetuada por conta de corrupção e propina, em minha opinião. Enfrentamos essa manobra na Justiça. Na Alta Corte de Mumbai, nós vencemos, mas eu penso que a propina foi usada na Suprema Corte da Índia e nós perdemos lá.

Quando o senhor começou a integrar aspectos ambientais a suas atividades no Deutsche?

À medida que me tornava consciente dos impactos ambientais de meus clientes. Quando regressei à Índia, no final dos anos 1990, comecei a conversar com clientes (*sobre efeitos ambientais adversos de suas operações*). Alguns deles passaram a me chamar para falar em suas empresas não só sobre negócios convencionais, mas também a respeito do meio ambiente, porque eles se davam conta de que eu era bom nesse tema. Até o grupo Tata me chamou para falar de meio ambiente.

O senhor se refere à fabricante do Nano, o pequeno e poluente automóvel?

Meu problema com o Nano é que ele poderia ter um nível de emissões mais baixo. Hoje ele libera 120 gramas de CO₂ para cada quilômetro rodado. Penso que poderiam ter feito isso um pouco melhor, e reduzido as emissões de CO₂ para menos de 100 gramas.

Nesse momento, o senhor passa a incorporar a dimensão ambiental em seu trabalho no banco de maneira mais formal?

Isso não ocorria em bases tão formais. Meu principal trabalho ainda era no mercado financeiro. Mas já conversava com pessoas dos mercados ambientais e de carbono, ajudando-os a fechar negócios. Essas atividades (*na área de economia ambiental*) eram realizadas principalmente por meio da ONG que eu e alguns parceiros fundamos em 2003, na Índia, o Green India States Trust (*Gist*), como

ocupação não remunerada e durante meu tempo extrabanco.

Como o senhor financia as ações de sua ONG?

Se não tivesse um bom desempenho no Deutsche, não haveria dinheiro para investir na ONG. A maior parte dos recursos da ONG vinha do bônus anual que o banco me pagava. Deixei o banco em fevereiro e, desde abril, assumi o posto de principal executivo da consultoria Gist Advisory, fundada em 2008 pelo mesmo grupo que criou a ONG Gist. A consultoria doará 50% de seus lucros a entidades de pesquisa, inclusive à Gist, que faz um trabalho muito bom em contabilidade verde. Seu trabalho foi reconhecido pela Comissão Europeia e a União Internacional para a Conservação da Natureza (*IUCN*). Quando a Comissão Europeia lançou, em 2008, a ideia do *Teeb* (*sigla em inglês para A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade*), eles me chamaram para coordenar o projeto por recomendação de Amartya Sen.

Há conexões entre suas ideias e o pensamento de Amartya Sen?

Um pouco, admiro Amartya, que encontrei recentemente em Estocolmo. Ele estava lá para um encontro de laureados com o Nobel e me perguntou sobre o que acontecera com a iniciativa da Comissão Europeia. Contei a ele que a pesquisa tinha ido muito bem e se tornado uma iniciativa das Nações Unidas, com a publicação de nosso relatório no ano passado.

O senhor continuou trabalhando para o banco enquanto atuava na produção do estudo do Teeb?

No início de 2008, na primeira fase do estudo, ainda trabalhava para o banco. Foi uma atividade paralela. Mas consegui uma licença não remunerada entre julho de 2008 e o final de 2010 para me concentrar na preparação dos relatórios do *Teeb* e da economia verde do Pnuma. Nesse período, fiquei lotado no Pnuma como assessor especial e diretor da Iniciativa de Economia Verde.

Com esse acúmulo de conhecimento e de atividades em contabilidade verde, o senhor conseguiu convencer seus chefes a implantar uma divisão para lidar com finanças ambientais no banco?

Um pouco. Como geralmente ocorre nos bancos, o Deutsche é organizado por produto, não por área de negócio. Há divisões para participações acionárias, gestão de ativos, mercados emergentes, e assim por diante. É muito difícil reorganizar tudo e criar uma divisão de meio ambiente, que é um tema que cruza todas as áreas. Pode haver aspectos ambientais a serem observados em quase todos os ângulos dos negócios. O que aconteceu no Deutsche Bank, e isso estava indo bem, foi a criação de áreas ambientais dentro de cada divisão. E isso se tornou interessante por levar a um nível diferente de consciência na direção do banco.

Algumas vezes essa ideia de tema transversal é muito bonita no discurso, mas de operacionalização muito difícil. Se não há um departamento ou uma área para lidar com aspectos ambientais do negócio, as divisões especializadas não podem ficar perdidas às vezes para tratar de assuntos ecológicos?

Em algumas vezes elas realmente podem se perder, mas o que

ocorre mais frequentemente é que a abordagem ambiental fica compartimentalizada quando conduzida separadamente pelos departamentos de um banco. A análise ambiental será desenvolvida pela área de participações ou de fusões e aquisições ou qualquer que seja a divisão. A mesma ideia às vezes é desenvolvida para um grupo de florestas, tendo já sido feita pelo grupo de carbono para um projeto de Redd+ (*Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação, incluindo conservação e gestão sustentável da floresta*).

Como essas abordagens alimentam as diferentes divisões da instituição com conhecimento e treinamento em meio ambiente? Não há um enfoque integrado para o banco como um todo?

É por isso que é desafiante. Podem-se fazer bons negócios em termos de comércio de carbono, negócios florestais ou na área de cimento. Mas é muito difícil otimizar esse conhecimento pela cadeia, porque você necessita de um domínio muito amplo de conhecimentos. Não se trata de domínio estreito, como nos casos das indústrias de cimento e aço ou em funções específicas como as da tecnologia da informação ou dos bancos.

É possível superar o problema da compartimentalização do conhecimento ambiental em um banco?

Creio que nos bancos ocorrem situações em que se criam polos de conhecimento, tais como o de microfinanças, que se parece muitíssimo com um tipo de atividade típica de uma ONG. Mas meio ambiente tem a ver com a riqueza pública. Dessa forma, penso que o melhor lugar para criar uma divisão ambiental é em um banco do setor público ou de desenvolvimento. Meio ambiente e desenvolvimento são dois lados da mesma moeda. O que está no meio ambiente, sobretudo o capital natural, é a riqueza dos pobres. Os pobres não possuem conta em banco, mas têm a natureza, que proporciona nutrientes, água doce, solo fértil, lavouras, florestas, pescado nos rios e no mar, tudo isso gratuitamente. Capital natural

e riqueza pública são ideias muito próximas, relacionadas. Muito do capital natural é de fato riqueza pública. Se você tenta pensar em que tipo de banco deveria observar essa dimensão, que deveria ter uma divisão de serviços ambientais, esse banco seria uma instituição do setor público.

Por que o senhor enfatiza o setor público quando menciona essa divisão de serviços ambientais?

Meu ponto é que precisamos ver qual é a classe subjacente desse ativo. Nesse caso, a classe subjacente é o ativo ambiental, a riqueza pública. Para realmente focar na riqueza pública em uma instituição financeira, precisa ser um banco do setor público. Infelizmente, os bancos são privados em sua maioria. Pouquíssimos negócios privados estão atentos ao meio ambiente, exceto em seus próprios contextos. Você encontrará uma companhia de cimento tentando melhorar impactos nos recursos hídricos para reduzir custos. Achará uma empresa que tenta diminuir sua pegada de carbono, porque deseja provar que é ambientalmente correta e, portanto, conquistar uma nova linhagem de consumidores.

Por que é tão difícil tornar os bancos transparentes quando tratamos de temas socioambientais? Frequentemente pedimos aos bancos para detalhar como analisam projetos enquadrados nos Princípios do Equador (PE). A resposta é sempre a mesma, de que não podem publicar tais informações em razão da cláusula de confidencialidade nos seus contratos com as empresas. (Os PE preveem padrões mínimos para a avaliação pelos bancos de riscos socioambientais em grandes projetos industriais e de infraestrutura)

Penso que a confidencialidade é parte do negócio do banco. Não se pode evitar isso. O que pode ser feito é questionar se o capital do banco está comprometido com projetos socialmente danosos. É possível questionar como acionista, como governo, ou apenas como cidadão. Se há prejuízos sociais, então alguém é responsável por isso no banco ou numa empresa e deveria explicar por que está causando tal impacto. Essa cobrança precisa ser praticada. É por isso que é importante termos cidadãos e ONGs fortes.

O que acha da ideia de estabelecer uma pegada ecológica máxima para cada habitante do planeta? Caso a pessoa ultrapassasse a pegada, teria de pagar um imposto ambiental, por exemplo. Se não utilizasse a pegada completa, poderia receber alguma compensação.

A questão é que neste exato momento eu e você já estamos pagando um imposto sobre nossa vida e a vida das crianças. Porém, o beneficiário do imposto é alguma outra pessoa. Talvez a pessoa que dirige uma Ferrari, que emite muito gás carbônico. Ou a pessoa que compra aparelhos complicados que liberam uma quantidade grande de carbono e consomem muita água.

Como estamos pagando por isso?

Observe a quantidade de subsídios no mundo. Para favorecer a venda de combustíveis fósseis, gastam-se US\$ 650 bilhões em subsídios anualmente. Dos US\$ 650 bilhões, US\$ 550 bilhões são para reduzir os preços e US\$ 100 bilhões para apoiar a produção. De onde você pensa que vem esse dinheiro? Dos impostos que eu e você

pagamos. Já estamos sendo tributados pela indústria do petróleo. Há, ainda, US\$ 275 bilhões em subsídios anuais para a agricultura. Essa cifra é da FAO (*Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação*). O primeiro número é da AIE (*Agência Internacional de Energia*). E a pesca oceânica também é subsidiada. Aproximadamente um terço do valor global de US\$ 85 bilhões gerados pela pesca anualmente é subsídio. Por que conceder tantos subsídios à pesca, à agricultura, aos combustíveis fósseis? Combustíveis fósseis não são como a Madre Teresa de Calcutá, como uma pequena entidade de caridade na Índia. Não são necessários subsídios para manter vivas companhias de petróleo e carvão.

Para cortar subsídios, parece haver dois desafios: mudar estilos de vida e fazer acordos internacionais.

Por que mudar estilos de vida? Apenas pague-se o preço correto pelo petróleo. Se uma pessoa dirige uma Ferrari, por que eu e você temos de pagar os custos dessa opção? Eu não entendo isso.

Como chegar a esse novo sistema de preços, sem subsídios aos combustíveis fósseis e à agricultura?

É muito simples. Primeiramente, devem ser tornadas públicas as fontes dos subsídios. Isso significa revelar o que se paga de tributos para bancar os subsídios.

Boa parte dos subsídios é concedida pelos países desenvolvidos, que respondem pela maior parte das emissões históricas de gases de efeito estufa. Veja os Estados Unidos, onde o presidente Barack Obama sofreu muito tentando aprovar a Lei de Clima no Congresso para estimular investimentos em energia renovável. Como mudar esse quadro? Parece uma tarefa muito difícil.

Certamente é complicada. Os interesses financeiros das grandes corporações são um dos principais obstáculos. Elas não querem ver seus lucros declinarem. Querem que os subsídios sejam altos. Obviamente, as grandes corporações estão entre os maiores apoiadores de campanhas eleitorais. Isso acontece em todos os lugares, nos Estados Unidos, na Índia, no Brasil. Portanto, os partidos políticos dependem das corporações para financiar suas campanhas. Além disso, seus eleitores também lhes pedem medidas para gerar empregos que façam o PIB crescer, para financiar o déficit fiscal.

A maioria dos países apresenta déficit fiscal e ele é financiado com os impostos pagos pelas corporações. Essa é a razão do forte nexo entre corporações e governos. A única saída para quebrar esse nexo é a população dizer aos políticos que seu papel não é apenas beneficiar as corporações. O trabalho deles é também apoiar os cidadãos. E os cidadãos querem um ambiente limpo, que os tributos sejam investidos na saúde pública. O dinheiro público deveria ser gasto na riqueza pública, e não nos subsídios ao petróleo. Essa riqueza compreende o capital natural, a infraestrutura ecológica, rodovias, ferrovias, pontes, educação, saúde.

Em que medida os relatórios Teeb e Rumo à Economia Verde, do Pnuma, ambos coordenados pelo senhor, podem contribuir para uma mudança nesse sistema de preços, tributos e subsídios que favorecem setores da economia do carbono?

O componente mais importante da riqueza pública é o capital natural. Hoje, contudo, a maioria dos governos o ignora, porque é economicamente invisível. É por essa razão que o capital natural não está no coração das políticas públicas. Se ele fosse visível, seria parte de qualquer política, seja ela a tributária, seja ela a destinada à construção de estradas e pontes, com objetivo de gerar emprego. Algo importante para o Teeb é como tornar a natureza visível por meio de cálculos, valorações, pelo diálogo com os formuladores de políticas e empresas. Se a tornarmos visível, os governos não mais poderão ignorá-la.

Há formadores de opinião influentes na área de sustentabilidade no Brasil que manifestam preocupação com uma suposta monetarização da natureza quando os questionamos sobre novos estudos que tentam calcular o valor dos recursos naturais. Qual sua opinião sobre isso?

Parte dessa preocupação existe por causa da escola neoclássica de economia e de setores vinculados ao chamado Consenso de Washington de duas décadas atrás (*conjunto de reformas liberalizantes destinadas a tirar os países em desenvolvimento da crise por meio da privatização e da liberalização do comércio internacional*). O Teeb desacreditou esse ultrapassado pensamento colonialista. Como você bem sabe, e o Teeb diz claramente, ele não tem um argumento reducionista. O relatório não possui enfoque baseado na ideia de custo e benefício para a proteção do planeta.

Ao contrário, o estudo vê a “valoração” como uma instituição humana, que pode ser efetuada nos níveis religioso ou espiritual, social, econômico, ou englobar todos esses aspectos. Não é nosso argumento igualar valor a preço. Na verdade, é bem o oposto. Nunca nos cansamos de esclarecer que os bens e serviços públicos têm imenso valor, mas não preço. Os mercados precificam produtos e serviços privados – não bens e serviços públicos. Isso explica por que eles não recebem o tratamento merecido nas contas da sociedade, tais como a poupança nacional e o PIB. E essa invisibilidade econômica de fato reduz o argumento a favor da conservação, porque usos extrativos, contrários aos usos da conservação, sempre possuem preço, são da esfera privada. O Teeb argumenta que algumas coisas podem ser valoradas sem ser medidas, algumas podem ser medidas sem ser monetarizadas. Outras, ainda, podem ser monetarizadas, mas não mercantilizadas. Menos coisas, ainda, podem ser mercantilizadas.

Fui a um seminário do Instituto Ethos sobre economia verde no final de fevereiro, realizado poucos dias após a publicação do relatório do Pnuma sobre o mesmo assunto, e ouvi algumas críticas à suposta ênfase na ideia de crescimento e timidez do estudo quanto a questionar os estilos de vida nas sociedades afluentes. O senhor vê sentido nessas críticas?

O relatório trata mais do lado da produção do que do consumo. Mas não é apenas sobre crescimento. É errado pensar assim. Digo isso categoricamente porque eu o escrevi. Todos esses países ricos, que se localizam na Europa e na América do Norte, terão de se mexer para serem sustentáveis. Isso significa que sua pegada ecológica terá de declinar com redução no consumo *per capita* ou no seu impacto ambiental. Essas são coisas que os economistas precisam começar a pensar, em vez de seguirem cegamente o PIB. 122

Pague-se o preço certo pelo petróleo. Se alguém dirige uma Ferrari, por que eu tenho de pagar os custos dessa opção?

A close-up photograph of a tree trunk with rough, textured bark. The bark is dark brown and grey, with some lighter, yellowish-brown patches where the bark has been peeled or damaged. Overlaid on the right side of the image is a digital-style text graphic. The text is arranged in two lines: the top line reads "...porque aquele mundo dividido em preto e branco tornou-se multicolorido" and the bottom line reads "POR AMÁLIA SAFATLE # FOTO LUCAS CRUZ # ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO". The text is white with a slight shadow, making it stand out against the dark background of the bark. The overall mood is contemplative and artistic, suggesting a connection between nature and digital art.

...porque aquele mundo dividido em preto
e branco tornou-se multicolorido

POR AMÁLIA SAFATLE # FOTO LUCAS CRUZ # ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

Certo ou errado? Do bem ou do mal? A velha dualidade morreu junto com o século XX. Nos tempos de hoje, aquele mundo dividido em preto e branco desdobrou-se não só em tons de cinza, como em uma ampla paleta multicolor. Isso não torna as coisas mais fáceis ou difíceis, pois também esse antagonismo muitas vezes soa superado. Tornou, sim, as coisas mais surpreendentes. As verdades, mais complexas. O debate, mais dinâmico.

Para ilustrar esse pensamento em exemplos, PÁGINA22 escolheu alguns temas em que ideias foram se cristalizando, e por isso mesmo merecem ser visualizadas pela lente multifacetada de um caleidoscópio em movimento. Buscamos essas provocações em diversos campos: da tecnologia (pág. 24), da energia (pág. 28), dos alimentos (pág. 32) e da governança global (pág. 36).

Dessa forma, esta publicação almeja fortalecer o debate socioambiental e oferecer subsídios para enxergar o mundo de modo mais arejado. A gente acredita que isso faz parte de um processo de amadurecimento – e isso, sim, é algo positivo.



Efeito cilada

Com impactos maiores do que se supunha, o chamado efeito ricochete é uma ducha fria no combate às emissões de carbono. A lição que se obtém disso é que a eficiência não pode tirar o consumo do centro do debate

POR EDUARDO GERAQUE FOTO LUCAS CRUZ
ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

Uma visita às seções de iluminação das grandes lojas de construção do País é suficiente para detectar um paradoxo. As lâmpadas LED, que prometem uma grande eficiência – menos consumo e mais vida útil –, desembarcam em várias formas, cores, tamanhos e modelos. Os produtos, que em sua maioria vêm da China, são ideais, por exemplo, para deixar funcionando durante toda a noite e iluminar discretamente o quarto do bebê. No final do mês, provavelmente a conta de luz pode chegar com um valor menor. Mas o que a família fará com o dinheiro economizado pela substituição da lâmpada incandescente? Investir? Ou gastar no fim de semana em uma atividade de lazer? Nem sempre, na contabilidade de uma casa, economia significa menos consumo – e menos emissões de carbono.

O paradoxo que acaba de ser descrito é conhecido desde o século XIX pelos estudiosos do assunto. Um economista britânico, William Jevons, em 1865, publicou a obra *O Pro-*

As saídas – polêmicas – estariam em repensar padrões

blema do Carvão, em que discutia exatamente o aumento do consumo de carvão como principal fonte de energia da época, no momento em que as máquinas a vapor ganhavam cada vez mais importância. Sua eficiência não tinha precedentes.

Em última análise, a Revolução Industrial gerou um grande paradoxo do consumo. O uso da energia ficou mais eficiente, o que disparou o gatilho da produção. Todo o processo, no final da cadeia, estava sustentado por uma forte demanda. No século retrasado, não havia preocupação alguma com a poluição das indústrias, nem se conhecia a relação entre queima de fontes fósseis e mudanças climáticas.

Mas, agora, em um salto histórico, o Paradoxo de Jevons volta a preocupar especialistas em eficiência energética e em mudança climática, dado que os grandes países do mundo precisam mais do que nunca buscar formas de reduzir suas emissões.

A figura de linguagem representada pela Revolução Industrial, diz Donald Sawyer, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), tem tudo a ver com o dilema atual. “Não é preciso ser especialista em energia para perceber que foi justamente naquele tempo de engenhos a vapor, eletricidade e veículos de combustão interna, com grande aumento na eficiência energética, que se geraram impactos inéditos no planeta.”

De acordo com Sawyer, hoje o número de consumidores também cresce e, ao mesmo tempo, a tal da **desmaterialização da economia** não é atingida. “Estados Unidos e Europa, onde isso supostamente ocorreria, continuam sendo campeões de produção industrial e agropecuária”, diz.

O problema atual, também chamado de efeito ricochete, ou efeito rebote, tem dois desdobramentos. O primeiro é direto. O motorista que compra um carro mais eficiente, capaz de rodar mais quilômetros com um litro de combustível, em grande parte das vezes não vai guardar aquele dinheiro que deixou de gastar com gasolina. O mais natural é que ele passe a rodar mais com o carro, o que pode deixar nulo seu balanço de consumo de energia.

O segundo é indireto, bem mais difícil de medir e, segundo especialistas, está longe de ser desprezível. É, por exemplo, o dinheiro gasto a mais na viagem de férias, economizado durante o ano porque o aparelho de aquecimento da casa, em locais onde o inverno é mais rigoroso, ficou mais eficiente. Ou, no exemplo que abriu este texto, é a explosão do consumo com lazer sustentada pelos recursos que deixaram de ser gastos com a conta de luz.

Medir os impactos do efeito ricochete, como dissemos, não é tarefa fácil. Mas alguns esforços têm sido feitos. O United Kingdom Energy Research Center (Ukerc) analisou, no fim de 2007, mais de 500 artigos científicos e relatórios técnicos sobre o efeito ricochete. Os pesquisadores concluíram que o impacto direto, no caso do consumo das casas, pode ser de no máximo 30% – considerado relativamente pequeno pelos autores –, mas o impacto indireto é grande, e praticamente imensurável.

NECESSÁRIA, MAS INSUFICIENTE

A busca pela eficiência em quaisquer processos é essencial em modelos de produção e consumo, daí sistemas de gestão se basearem em melhoria contínua e regulamentações ambientais fazerem menção à “melhor tecnologia disponível” (ou BAT, na sigla em inglês), conforme aponta André Carvalho, pesquisador do GVces e professor da FGV-EAESP.

Embora importantíssima, pondera ele, a eficiência não tira o consumo do centro do debate, uma vez que as inovações não têm dado conta de reduzir o impacto do consumo humano – estão longe disso quando se analisam os conceitos de **decoupling (descasamento) relativo e absoluto**. “O discurso não deve ser contra a eficiência, mas, sim, contra a compreensão de que o ganho em eficiência garantirá que o consumo humano possa manter-se crescente”, afirma Carvalho.

A cilada imposta pelo aumento de eficiência *versus* estímulo ao consumo tem mesmo de ser levada a sério, corrobora Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de

▲ Pela qual seria possível produzir, obter crescimento econômico e, ao mesmo tempo, baixar o consumo energético e gerar a menor quantidade de resíduos possível

▲ Em *Prosperity Without Growth?*, o autor Tim Jackson explica que há um descasamento relativo entre ganho de eficiência e uso de energia, mas não absoluto, pois a poupança obtida com a redução é empregada no aumento de consumo de outros produtos ou atividades

de consumo, questionar o crescimento e taxar emissões

Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

O pano de fundo da discussão, segundo o pesquisador, é a relação indesejável, para o clima do planeta, entre produção e consumo. “No horizonte 2002/2020, o aumento na produtividade por unidade de produto será feito com um consumo quase 50% maior de materiais. O ideal seria promover um descasamento entre esses dois fatores”, diz.

Assim, é inevitável repensar os padrões de consumo, os estilos de vida e o próprio lugar do crescimento econômico, como objetivo autônomo, nas sociedades contemporâneas. Em termos práticos, Abramovay também não titubeia quando questionado sobre a importância da taxação do uso intensivo de carbono. “Já estamos atrasados. Isso já deveria estar ocorrendo.” A ação defendida pelo pesquisador é considerada polêmica tanto no Brasil como em outros países do mundo.

O debate sobre taxar ou não as emissões está quente, neste momento, na Austrália. O governo federal anunciou, em meados de julho, a criação de um imposto para os maiores poluidores (*mais em “A esperança em um imposto” no De lá pra cá, em fgv.br/ces/pagina22*). Os 500 grupos que entrarem nesta lista deverão pagar por volta de US\$ 25 por tonelada de carbono jogada na atmosfera. A cobrança deve ser iniciada em julho de 2012, se o Parlamento aprovar o projeto. Grandes empresas de aviação que atuam no país já emitiram seus pareceres sobre a taxação, afirmando que a ação vai encarecer o preço dos bilhetes aéreos que serão comercializados aos australianos.

VISÃO INTEGRADA

A quebra do paradoxo, para Carlos Rittl, coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia da ONG WWF-Brasil, não se dará sem uma visão integrada do problema, que atinja, no final do processo, a redução efetiva no gasto com energia como um todo. Não é o caso de abandonar a busca por equipamentos mais eficientes só porque eles podem, de forma paradoxal, deixar o balanço do uso de carbono nulo ou até mesmo positivo. Ao contrário. “Seria necessário até se pensar em dar incentivos de IPI para equipamentos que sejam mais eficientes.” Mesmo que isso, de forma isolada, pudesse até aumentar o efeito ricochete. Fato que seria neutralizado caso a visão mais global do problema, proposta pelo ambientalista, fosse realmente implantada.

Por isso, outra parte importante da saída, diz o ambientalista, é incentivar quem não apenas procura eficiência, mas também consome menos em seu dia a dia de forma geral. “Pode haver um escalonamento, por exemplo. Quem consumir mais deveria pagar mais pela mesma unidade de energia. E vice-versa, para quem baixar sua demanda.” O mote seria “usar menos a energia, e de uma forma melhor”.

A seu ver, antes de impor uma taxação no Brasil, é importante definir melhor as regras do jogo, ou seja, o papel que cada setor tem realmente que desempenhar para cortar suas emissões. “Hoje, o que temos, são apenas metas voluntárias. Algo bastante genérico. O ideal é que os mecanismos fiquem mais claros”, diz. Para ele, no futuro, a questão do uso intensivo de carbono será uma barreira não tarifária importante e o Brasil ainda não se preparou para isso.

Com tantos obstáculos a serem transpostos, ainda potencializados pelo efeito ricochete, Abramovay admite que tem, para as próximas décadas, uma visão pessimista. “Não no sentido catastrófico, de fim do mundo, mas de que a opção de desenvolvimento escolhida pelos países corre o risco de continuar atrelada ao uso intensivo do carbono. “Temos outra opção (*a do desenvolvimento econômico desvinculado do carbono*) que pode ser escolhida sem prejuízo dos países que ainda precisam de escolas, hospitais e de mais inclusão social.”

Que a ducha fria do efeito ricochete sirva para refletir sobre a relação entre consumo, inovação tecnológica e mudança do clima de maneira mais integrada e sistêmica. ■■



Vá limpar carvão

Avô da indústria energética atual, esta fonte fóssil recusa a aposentadoria. Para arrepio dos ambientalistas, não falta quem diga que continua indispensável para o mundo e seja ponte fundamental para a energia do futuro

POR FÁBIO RODRIGUES FOTO LUCAS CRUZ
ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

Junto com “vá enxugar gelo”, a expressão “vá limpar carvão” foi consagrada como uma fórmula gaiata para se ver livre dos chatos de plantão. A ideia do gracejo é que, entretido com uma tarefa trabalhosa e hilariamente impraticável, o chato nos dará várias horas de paz. Talvez por isso chegue a ser um pouco difícil levar a sério que os empresários do ramo de energia estejam dispostos a investir bilhões em complicadas tecnologias para, nada mais nada menos, conseguir limpar o carvão mineral. Mesmo vistos com desconfiança e deboche por boa parte dos ambientalistas, os defensores do carvão limpo não desanimam. Eles estão convencidos de que essa é a única maneira viável de manter o mundo suprido de energia e minimizar o aquecimento global ao mesmo tempo.

No Brasil, o carvão ocupa a sexta colocação entre as fontes energéticas mais importantes – atrás de petróleo, eletricidade, bagaço de cana, gás natural, lenha e etanol. Ele representa módicos 4,7% da oferta total e diminutos 1,3% da matriz elétrica. No resto do planeta, contudo, ele é gigante. Dados de 2008 da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) revelam que o carvão é a segunda fonte primária de energia do mundo, com 27% de participação – perdendo, por pouco, do petróleo.

Mas o que realmente surpreende é o quanto a geração de eletricidade depende dele. Pouco menos de 40,8% de toda a energia elétrica que o mundo consumiu em 2008 – cerca de 20,2 milhões de gigawatt-hora (gWh) – foram produzidos com carvão mineral.

PROBLEMA AMBIENTAL

Sua queima é a maior fonte individual de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ele foi culpado por nada menos que 42,9% das emissões mundiais de 2008, o que dá 12,6 bilhões de toneladas de CO₂. Isso, e nem estamos contando todo o missal de problemas ambientais provocados pela atividade, da terra arrasada pelas minas de carvão à sopa de poluentes que as usinas despejam no ar (*mais na versão digital desta reportagem*).

No chamado *clean coal*, a emissão de particulados e óxido de nitrogênio e de enxofre cai radicalmente. Mas ainda resta a de CO₂

Com uma performance ambiental dessas, o consenso entre os ativistas é que o mundo deveria estar correndo para apagar as fomalhas. Lúcia Ortiz, geóloga e coordenadora-geral da Amigos da Terra Brasil, vem militando há anos contra o avanço das usinas de carvão no Brasil. “A gente acha que esse deveria ser o primeiro combustível fóssil a ser eliminado. O carvão deveria ficar debaixo da terra”, resume.

E este é o tom geral. No fim de 2008, o Greenpeace publicou o relatório *The True Cost of Coal* [1], que, além de colecionar uma porção de histórias trágicas ligadas à indústria carbonífera, também contratou o instituto de pesquisas holandês CE Delft para calcular os prejuízos socioambientais. A fatura ficou em 360 bilhões de euros por ano.

EM ASCENSÃO

Apesar de toda a oposição – e para desespero dela –, o carvão não só persiste, como vive um momento de crescimento acelerado. Um estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT) [2] menciona que a China está construindo o equivalente a duas usinas de 500 megawatts movidas a carvão por semana. Coisas parecidas estão acontecendo no mundo inteiro. Os países em desenvolvimento estão aumentando seu consumo de carvão em um ritmo impressionante. Em 1990, os países da OCDE e os de fora do bloco consumiam quase a mesma quantidade – 2,3 bilhões e 2,4 bilhões de toneladas, respectivamente. Em 2010, os países de fora da OCDE chegaram a 3,9 bilhões, enquanto nos do bloco o consumo permaneceu estável. A previsão é de que, em 2030, os países não OCDE consumam mais do que o dobro que o outro grupo (veja tabela na versão digital desta reportagem).

O que torna o carvão irresistível é o seu preço. Trata-se de uma substância comum, com reservas estimadas em 1 trilhão de toneladas – o bastante para 190 anos de consumo –, que se encontram mais bem distribuídas pelo mundo do que o petróleo. Nas contas do MIT, 1 milhão de BTUs de carvão mineral sai por menos de US\$ 2. Para gerar a mesma quantidade de energia usando petróleo ou gás natural, o custo ficaria entre US\$ 6 e US\$ 12. É por isso que os países em desenvolvimento estão se voltando para o carvão com tanta gana. Ele também está reconquistando os ricos. A recente decisão da Alemanha de desativar suas usinas nucleares até 2022 deve dar impulso ainda maior ao combustível, que já responde por 45,6% da eletricidade alemã.

Para o bem e para o mal, o carvão mineral está transformando a vida de bilhões de pessoas. O milagre econômico chinês é movido a carvão: ele supre 79% de sua demanda energética. E o mesmo acontece na Índia. “Qual é hoje o combustível que está tirando milhões de pessoas da miséria? É o carvão”, pontifica o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan.

Ele não é o único a olhar para o combustível sob esse prisma mais favorável. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Grupo de Trabalho 3 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), Amaro Pereira, concorda que a fonte mineral tem seu lado positivo. “O carvão apresenta grande potencial de contribuir para o aumento das taxas de eletrificação nos países em desenvolvimento, auxiliando na redução dos níveis de pobreza e melhoria da qualidade de vida”, assegura.

COMEÇANDO A LIMPEZA

Que se trata de uma fonte suja é difícil contestar. Mas também é preciso reconhecer que já foi bem pior. Desde os anos 1980, a indústria vem investindo em um conjunto de tecnologias coletivamente conhecidas como *clean coal* (carvão limpo, em tradução literal), que têm obtido razoável sucesso em cortar as emissões de diversos tipos de poluentes. Os resultados obviamente variam, mas é possível praticamente zerar as emissões de particulados, diminuir em 99% as de óxido de enxofre (SOx) e em mais de 90% as de óxido de nitrogênio (NOx). O grande desafio de hoje é encontrar uma saída para o CO₂.

Para Zancan, a resposta pode ser investir ainda mais nas usinas a carvão. Em sua opinião, os chineses não só estão no caminho correto, ao perseverar em investir em carvão, como, de quebra, estão até “esverdeando” sua matriz energética ao fazê-lo. “Eles estão derrubando 112 gW de térmicas antigas

ineficientes e construindo o dobro disso em térmicas eficientes, que emitem muito menos, porque queimam menos carvão”, defende. Segundo ele, investir na eficiência é a estratégia mais imediata para derrubar as emissões – para cada ponto percentual ganho em eficiência, as emissões baixam em 2,5%. E há um espaço enorme para melhorias. “A eficiência média das usinas a carvão é de 28,4%, o que dá uma emissão de 1.110 gramas de CO₂ por quilowatt-hora. A média européia está em 36%, com 880 gramas de CO₂ pelo mesmo quilowatt. O estado da arte da tecnologia já chega a 43% de eficiência”, enumera Zancan, acrescentando que já existem usinas **ultrassupercríticas**, que chegam a 48%.

“Como ainda não existe tecnologia para a captura de CO₂, uma saída é adotar tecnologias mais eficientes”, diz Francisco Porto, coordenador de gestão ambiental no projeto Candiota III – inaugurado em janeiro e que acrescentou mais 355 megawatts aos 446 já instalados no complexo da Usina Termelétrica Presidente Médici, no Rio Grande do Sul. De acordo com o técnico, a usina gaúcha aumentou sua eficiência de 38% para 41%, o que permitiu diminuir o consumo de carvão por unidade de energia. “Antes precisávamos de 1 a 1,1 tonelada para gerar 1 megawatt, agora estamos fazendo o mesmo com 0,8 tonelada”, comemora.

Ainda que todas as usinas do planeta magicamente chegassem ao topo da eficiência, suas emissões continuariam a ser um problemão. Os representantes do setor sabem disso. A tábua de salvação são as chamadas tecnologias de **captura e sequestro de CO₂** (CCS, na sigla em inglês). “Esse hoje é o grande desafio tecnológico, e a indústria está trabalhando pesado para chegar a uma forma econômica de armazenamento de carbono. Quando isso funcionar, está acabado o problema”, garante Zancan.

Embora os entrevistados pareçam razoavelmente seguros de que o esquema é tecnicamente possível, ninguém tem ideia de quanto tempo vai demorar até que se torne comercialmente viável. Zancan, por exemplo, diz que ainda “deve demorar uns 10 anos”, enquanto Porto não acha que “leve menos de 20 anos”. Estamos falando de década, o que, vindo de gente que tem quase o dever de ser otimista, não é exatamente bom sinal.

Lúcia Ortiz, da Amigos da Terra, alerta que isso pode ser só um golpe de marketing. “Eles (a indústria de carvão) vendem a ideia de que as novas usinas estão prontas para o sequestro de carbono, só que essa tecnologia ainda não existe. Então, como é possível elas estarem prontas?”, questiona, acrescentando que um dos destinos para o gás carbônico capturado é a injeção nos poços de petróleo, com o objetivo de aumentar a produtividade de outro combustível fóssil. “O CCS não é uma técnica carbono-negativa, pelo contrário”, critica.

RENOVÁVEIS?

E por que não trocar o carvão mineral por renováveis? Quem é da área de energia também tem um argumento na ponta da língua. Por melhores que a energia solar e eólica sejam, elas são fontes intermitentes. Isso quer dizer que sua disponibilidade varia conforme a quantidade de vento e de dias ensolarados. Não é possível, por exemplo, ligar um hospital em uma turbina eólica e ir dormir despreocupado. Já as térmicas têm a vantagem de gerar uma quantidade constante de energia ao toque de um botão. É o que se chama de energia firme.

Além disso, tem o tamanho da operação. Somados, os combustíveis renováveis, a energia eólica e a solar não chegam a 11% do consumo mundial de energia primária. Seria preciso quase o triplo para que pudéssemos abrir mão do carvão mineral. Isso está acontecendo, mas leva tempo. “A perspectiva é que ocorra uma redução significativa na utilização de fontes de origem fóssil. O último relatório especial [3] do IPCC afirma que as fontes renováveis suprirão 80% da energia em 2050”, garante a secretária-executiva do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, Andrea Santos.

Precisamos de uma solução intermediária e os representantes da indústria garantem que ela é o carvão. “O carvão não é para sempre, mas ele é a ponte entre a energia do presente e a do futuro. Sem ele, não vamos conseguir chegar lá”, conclui Francisco Porto.

As usinas a carvão dividem-se em três tipos. Nas subcríticas, a água sai da caldeira na forma de vapor. Em uma usina supercrítica, a água é retirada da caldeira com temperatura acima do ponto crítico – no qual deveria virar vapor –, e tal transformação é adiada com o uso de pressões elevadas para que ela só aconteça na turbina, o que permite uma transferência de energia mais eficaz. As ultrassupercríticas operam com pressões e temperaturas ainda maiores

O CCS propõe a filtragem das emissões de CO₂ e seu armazenamento permanente em reservatórios naturais na crosta terrestre. Existem vários esquemas de CCS em estudo e alguns deles estão sendo testados em escala-piloto

A Organização para Cooperação e de Desenvolvimento Econômico reúne 34 países, incluindo os membros do G7

Uma BTU (British Thermal Unit) é a quantidade de energia necessária para elevar a temperatura de 1 libra de água em 1 grau Fahrenheit. Equivale a 252,2 calorias

[1] O relatório completo (em inglês) pode ser baixado em goo.gl/tly9g [2] A íntegra pode ser baixada em web.mit.edu/coal/The_Future_of_Coal.pdf [3] Lançado em maio passado, o relatório (em inglês) pode ser baixado em srren.ipcc-wg3.de/report

ACESSE INFORMAÇÕES SOBRE O EFEITO DOS POLUENTES DO CARVÃO NA SAÚDE E DADOS SOBRE O CONSUMO MUNDIAL DE CARVÃO NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22



As variáveis do cardápio

Barreiras tarifárias, educação, insumos, distribuição. Estes e outros fatores permanecem decisivos na crise dos alimentos e não desaparecem com o mero aumento da produção

POR JULIANA ARINI
ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

As mudanças climáticas e o crescimento gradual da população, que este ano ultrapassará 7 bilhões de habitantes, reviveram um temor que parecia coisa do passado: a falta de alimentos. A insegurança cresceu a partir de 2008, quando o aumento no preço dos alimentos, por causa da crise financeira mundial, fez crescer o número de desnutridos – definidos como aqueles que consomem menos comida do que seria necessário para manter um ser humano vivo. O índice chegou a saltar de 950 milhões para 1,023 bilhão de pessoas, estabilizando-se, em 2010, nos 925 milhões.

Governantes, grandes corporações do mercado de alimentos e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alertaram que a solução para o problema exigiria o aumento da produção agropecuária em 70%. Apenas isso poderia garantir alimento para os 9,2 bilhões de habitantes que compartilharão terra, água e comida em 2050.

O clamor pelo aumento da produção de comida inclui outro componente, a reivindicação de “democratização” nos padrões alimentares. Este é o anseio de uma emergente classe média chinesa, africana e latino-americana, que aspira adquirir hábitos de consumo similares aos dos americanos, ou seja, ingerir 3.900 calorias diárias, algo ainda 30% acima da realidade média de um chinês.

Além do aumento nos preços e dos anseios de consumo, as mudanças climáticas são a terceira razão para o ressurgimento do fantasma da falta de comida. Estudos do International Food Policy Research Institute (IFPRI) mostram que as regiões tropicais serão muito mais afetadas pelas mudanças climáticas que as temperadas, o que faz o problema da desnutrição ganhar um peso maior nas áreas rurais de países em desenvolvimento, como sul da China, Índia e na região dos fruticultores do Brasil, nas quais a agricultura é uma das poucas atividades capazes de gerar renda e subsistência.

O mapa da fome no mundo revela que a produção de alimentos

Mas é apenas comida o problema? Questões como uma melhor distribuição das produções e a superação de carências sociais, como o acesso à saúde e à educação, também não estariam embutidas no impasse da insegurança alimentar?

O mapa da fome no mundo traz alguns dados de interesse para a discussão. Cerca de 817 milhões de famintos vivem na Ásia, na região do Pacífico e na África Subsaariana, (territórios notórios por serem grandes importadoras de alimentos). No Brasil são cerca de 16,3 milhões de famintos, concentrados – segundo o IBGE – no Nordeste e no Norte. O Maranhão é o estado onde a situação é mais grave.

No entanto, apesar de todas essas questões, é justamente nas regiões do planeta mencionadas acima que a produção de alimentos tem aumentado. “As lavouras crescem em um ritmo superior ao da população, mesmo na África, onde a fome é um problema crônico em muitas regiões, como o chamado ‘Chifre’: Etiópia, Somália e Eritreia”, diz Walter Belik, coordenador do Núcleo de Pesquisas em Alimentação da Unicamp.

O Brasil segue a mesma tendência mundial, e o Maranhão – onde os índices de desnutrição estão entre os maiores do país – virou um dos grandes produtores de grãos como a soja. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que, até maio de 2011, foram colhidos 1,6 milhão de toneladas de grãos no estado.

O FATOR COMÉRCIO

Mas por que o aumento da produção de alimentos não acompanha a redução da desnutrição nessas regiões, tal qual sugerem os políticos que clamam pela intensificação da produção de grãos no mundo?

A questão comercial pode ser a resposta. Com a alta das commodities e a especulação no mercado financeiro, o que regula o preço da comida nem sempre é apenas a lei da oferta e da procura. Nesse ambiente há pouco controle sobre o preço mínimo para a comida, pois países mais industrializados – e com maior força de mercado – impõem fortes barreiras comerciais para impedir a entrada de produtores de mercados emergentes. Assim, a comida ganha um valor de mercado que não reflete necessariamente o interesse do consumidor final, que depende dela para sobreviver. Esse problema afeta diretamente a agricultura do Brasil, como alerta o ex-ministro brasileiro José Graziano, recém-eleito para o cargo de diretor-geral da FAO: “O alto preço dos alimentos não é um desequilíbrio temporário. Enquanto não alcançarmos uma situação financeira global mais estável, os preços das commodities refletirão isso”, disse numa entrevista recente, em Roma.

Os insumos são um exemplo de como a questão comercial impacta os alimentos. Em 2008, um dos grandes responsáveis pelo aumento dos preços na comida foi a alta do petróleo. Dele deriva grande parte dos fertilizantes e defensivos contra pragas – os famosos NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), que trouxeram o milagre das grandes lavouras onde antes era impossível plantar, como no Cerrado brasileiro. “Em uma agricultura de larga escala, é fundamental o uso de defensivos, que representam até 30% do preço final do alimento”, diz Belik, da Unicamp. “E, no caso do Brasil, grande parte desses defensivos são importados, o que influencia diretamente o preço dos alimentos. Toda vez que os insumos sobem, o preço é repassado ao consumidor final da comida.”

Tentando minimizar esse problema, empresas brasileiras, como a Vale, estão investindo na extração e produção de insumos. No entanto, a iniciativa ainda é insuficiente para abastecer o mercado nacional. Ou seja, o Brasil produz alimentos em proporção para ter sua soberania alimentar garantida – mas depende dos defensivos estrangeiros para plantar.

A mudança nos hábitos alimentares gerada pela agricultura de exportação é outro problema. Até 1950, o brasileiro tinha o milho e a mandioca como base de sua alimentação. Ou seja: comia-se broa e farinha. São culturas viáveis no fundo de um quintal. Com a entrada do trigo americano, passamos a consumir pão. Porém, o Brasil não produz trigo

tem aumentado justamente onde se concentram os famintos

suficiente, e hoje depende de sua importação da Argentina. E o preço do pãozinho, produto da cesta básica brasileira, está sujeito às negociações do Mercosul.

A doação de alimentos é outro ponto crítico quando o assunto é fome. Em muitos países africanos, a dependência da comida doada gerou o abandono total das lavouras, e até serviu de estímulo para guerras, pois as doações acabavam como mercadoria de troca para guerrilhas e ditadores. “A doação é uma falsa forma de combater a fome, pois serve apenas para manter o preço dos alimentos estáveis em certos países. Uma política comum tanto nos Estados Unidos quanto na França”, diz Belik. A questão é tão grave que a Organização das Nações Unidas chegou a recomendar que os países não doem alimentos, e que vendam os seus estoques e façam doações em dinheiro a programas que ajudem na soberania alimentar dos países que sofrem com a desnutrição.

Ajudar os países vulneráveis às consequências das mudanças climáticas também vai além da doação de alimentos em situações de catástrofe. Entre as medidas possíveis encontram-se a instalação de sistema de alerta a secas e enchentes e a criação de “redes de segurança social”. Eric Wood, professor da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, vem desenvolvendo com a Unesco justamente esse tipo de sistema. O projeto vai fazer a previsão meteorológica para secas no continente africano. A ideia é que exista um sistema de alerta mais rápido, que possa ajudar os países que sofrem com o problema a se preparar antes que as catástrofes saiam do controle. Infelizmente essas iniciativas ainda não contam com grandes investimentos.

Para John Hoddinott, do IFPRI, especialista da Rede de Sistemas de Alerta contra a Fome, é preciso, além disso, criar uma rede permanente que facilite o acesso dessas populações a empregos, em setores públicos que atuem junto com esses sistemas, como uma forma de troca por alimentos ou dinheiro que possa ajudar durante os períodos de seca.

EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Estudos do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen apontam que esse pode ser um dos caminhos. Segundo Sen, embora a produção agrícola seja possivelmente capaz de prover de alimentos todos os habitantes do planeta, para superar o problema da fome é imprescindível que ela passe por novos caminhos, como o aumento da democracia, e por políticas públicas que permitam que os alimentos cheguem aos que não podem produzi-los, ou comprá-los. Para isso é fundamental que os subnutridos possam fazer do aumento da produção agropecuária um sistema de emancipação social. Além do acesso à terra, eles também precisariam de crédito, de assistência técnica e de uma inserção adequada nos mercados.

Outro dado importante é a relação apontada pelo IBGE entre desnutrição e educação. Quanto maior o nível de escolaridade, menor a insegurança alimentar. Não é a toa que, dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), erradicar a extrema pobreza e a fome é a primeira das metas para reduzir as desigualdades sociais do mundo.

O Brasil é um dos países que parecem caminhar na direção mais próxima da solução do problema. Programas como o Bolsa Família, de transferência direta de renda em benefício de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, contribuíram para a queda da pobreza extrema de 12%, em 2003, para 4,8% em 2008.

O microcrédito, ideia difundida pelo bengali Muhammad Yunus – ganhador do Nobel da Paz em 2006 –, é um exemplo de programa que ajuda a combater a fome por meio de outras abordagens, como o acesso ao crédito e à educação. Com três décadas de sucesso e 7,5 milhões de clientes, em Bangladesh, que tiveram acesso a US\$ 7 bilhões por meio do Grammeen Bank, Yunus mostrou que o combate ao fantasma da fome vai muito além do mero aumento da produção de alimentos. 



Pragmatismo global

A cada dia, mais vozes se levantam contra a ineficácia das grandes conferências da ONU e propõem caminhos mais eficientes na busca de um maior equilíbrio climático

POR FLAVIO GUT FOTO LUCAS CRUZ
ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

Há um senso comum de que o modelo das convenções das Nações Unidas é ineficaz, lento e de que muitas vezes mais serve como um grande encontro de *networking* do que exatamente uma reunião voltada para a solução de questões ambientais que pedem celeridade – mas “é o que tem pra hoje”, e ainda não existe alternativa melhor.

Já não é bem assim. Hoje se pode dizer que as alternativas não apenas existem, como se tornaram fundamentais, especialmente depois do fracasso da COP 15, em Copenhague. A cada dia, mais e mais vozes se levantam contra a ineficácia do modelo das COPs e propõem novos caminhos na busca de um maior equilíbrio climático .

“Copenhague mostrou os limites do que pode ser obtido em relação às mudanças climáticas por meio do centralismo e do hiperbólico multilateralismo das convenções da ONU”, anotou o grupo de cientistas responsável pelo *Hartwell Paper*, divulgado no ano passado. O mesmo grupo voltou à carga este ano com o documento *Pragmatismo Climático*, divulgado em 26 de julho, nos Estados Unidos.

Para o Grupo Hartwell, que tem como um de seus mais ilustres integrantes o geógrafo britânico Mike Hulme,

Especialistas propõem acordos em grupo menor, que reúna os

autor do livro *Why We Disagree About Climate Change* [1], os futuros historiadores dos esforços mundiais para enfrentar a mudança climática provavelmente olharão para 2010 como o fim de uma era. Era iniciada com a criação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Rio de Janeiro, em 1992, e terminada na negociação do Acordo de Copenhague, em dezembro de 2009.

Tanto que, como ressalta em *Pragmatismo Climático*, a partir das conversações de Cancún, no fim de 2010 (COP 16), a ênfase de negociações internacionais já tinha mudado de foco. Os esforços para estabelecer limites globais às emissões deram lugar a objetivos mais modestos, como acordos de investimentos em novas tecnologias de produção de energia, transferência tecnológica entre as nações e apoio a medidas capazes de trazer mais resiliência à mudança climática no mundo em desenvolvimento.

Segundo Hulme, é preciso repensar e reestruturar os objetivos políticos das discussões no âmbito das Nações Unidas. “Não negamos que a mudança climática causada pelo homem existe e é importante. Apenas mostramos que a forma como estamos fazendo a política climática não está funcionando.” No relatório, o grupo mostra três pontos a ser enfocados de forma prática: inovação na produção de energia renovável, resiliência às condições climáticas extremas e um total comprometimento com a redução da poluição.

Eduardo Viola, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, concorda com Hulme e o Grupo Hartwell. “O modelo das COPs não funciona mais. É um caminho de baixa eficiência.” Todos os sinais em 2011, segundo ele, levam a concluir que o Protocolo de Kyoto se extinguirá como mecanismo de contenção de emissões em 2012, colocando ainda mais dúvidas sobre a capacidade do sistema ONU de responder ao problema climático.

Em seu trabalho mais recente, *A Mudança Climática em 2011: Governança Global Estagnada e o Novo Perfil do Brasil*, lançado em julho, Viola propõe que as negociações sigam um modelo semelhante ao do G20, em que sentam à mesa apenas os maiores responsáveis pelo problema e que têm capacidade de resolvê-lo – o que ele chama de “grandes e médias potências climáticas”.

Segundo o modelo proposto por Viola, apenas um grupo formado por 13 a 17 países (e não mais os 193 estados-membros das Nações Unidas que hoje estão envolvidos nas COPs) seria responsável por uma política climática centrada no pragmatismo. “Temos de deixar de focar no pecado para prestar atenção nas virtudes”, diz. Na visão do professor, às COPs restaria o papel de garantir a estrutura jurídica internacional capaz de permitir a implementação das políticas acordadas pelo grupo.

VÍTIMA DO SUCESSO

O cientista Luiz Gylvan Meira Filho, ex-presidente da Agência Espacial Brasileira e representante do governo nas negociações climáticas que levaram ao Mandato de Berlim, em 1995, e posteriormente ao Protocolo de Kyoto, também acredita que as discussões sobre política climática devam ser feitas em grupos menores. Mas lembra que, em alguns casos, é preciso haver um consenso global. Além disso, segundo ele, as COPs têm o mandato da Assembleia-Geral das Nações Unidas. “Não é uma questão de gostar ou não das COPs. E, goste-se ou não, é atualmente o único fórum capaz de reunir os 193 países”, ressalta.

Oswaldo Stella, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), concorda com Meira Filho, pois acredita que o processo de negociação internacional é fundamental para o estabelecimento de uma política global que sirva de base para implementação de ações locais. Mas pondera que as COPs hoje são vítimas do próprio sucesso. Se, de um lado, tiveram papel fundamental na inserção do tema mudanças climáticas na agenda global, de outro sofrem as pressões de uma sociedade que quer ver mais prática e menos intermináveis discussões. “O assunto se tornou presente na vida das pessoas. Mas isso gerou uma expectativa de mudança que não vem acontecendo.”

Na opinião de Stella, no entanto, é preciso avançar no modelo e não deixá-lo de lado. Isso já vem acontecendo desde a COP 15, em Copenhague, onde foi rompido o modelo da aprovação por

países maiores emissores e mais capazes de resolver a questão

unanimidade. “Não é possível que tudo tenha de ser aprovado por unanimidade”, afirma. “Temos de encontrar formas de avançar na agenda de maneira mais rápida e prática.”

Para o consultor ambiental Fabio Feldmann, ex-candidato a governador do Estado de São Paulo pelo Partido Verde, as críticas ao modelo COP muitas vezes não levam em conta as dificuldades políticas para implementação das chamadas ações mais práticas. “É muito comum falar mal da lentidão das COPs, mas a mudança para uma economia de baixo carbono implica obviamente uma mudança política.” E cada cidade, estado ou país que decide investir em mecanismos de redução de emissões defronta-se com as dificuldades inerentes da escolha.

“O que (Barack) Obama enfrenta no Congresso para aprovação da legislação sobre mudança do clima nós enfrentamos aqui com nosso Código Florestal. Cada país tem a sua dificuldade. E essas são dificuldades essencialmente políticas”, diz. Feldmann lembra que, mesmo em tempo de pressão total sobre os combustíveis fósseis, os Estados Unidos ainda mantêm fortes subsídios para a indústria petrolífera. “Isso é dificuldade política.”

O sociólogo e cientista político Sérgio Abranches, autor do livro *Copenhague, Antes e Depois*, concorda com Feldmann. Para ele, a ideia de deixar a regulação da política climática apenas para o mercado não funciona. “O mercado só faz aquilo que tem interesse econômico.” Por outro lado, afirma que o atual modelo das COPs precisa de uma revisão. “Nas atuais condições é praticamente impossível ter um acordo suficiente”, diz. “Ficamos entre o mínimo que um topa e o máximo que o outro aceita.”

ÂMBITO DO G20

No entanto, o buraco é bem mais embaixo, alerta José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Segundo ele, o Protocolo de Kyoto (*mais do que a própria COP*) criou uma inércia institucional extremamente negativa, além de não favorecer a inovação política. “Essa é uma estrada sem saída. Por isso, venho martelando (*desde 2008*) que um firme compromisso obtido no âmbito do G20 já representaria 90% da solução. E, com essa base acordada no G20, não seria difícil ganhar os demais países emissores em mais alguma dessas COPs”.

Rachel Biderman, doutora em Gestão Pública pela FGV-EAESP e consultora-sênior do World Resources Institute no Brasil, explica que, justamente porque as negociações internacionais são lentas, envolvem diversos setores e múltiplos interesses e a regra de aprovação por consenso do sistema das Nações Unidas, isso torna as normas muito genéricas e de difícil aplicação prática. Na opinião dela, é fundamental, portanto, que se encontre uma nova maneira de agilizar as tomadas de decisão, o que Rachel chama de uma “narrativa”.

“Essa nova narrativa no nível mundial dependerá de uma mudança de visão e comportamento dos negociadores internacionais. E também de novas regras do jogo, pois as atuais vigentes nas Nações Unidas não permitem tomada de decisão em tempo hábil para dar conta do problema das mudanças climáticas”, diz. A nova narrativa deverá ser construída pela pressão de grupos de interesse conscientes da gravidade da questão climática ou, ainda, pelas oportunidades que surgem dessa situação.

É o que de certa forma vêm fazendo alguns países, como a Austrália, que criou um imposto sobre as emissões de CO₂ como parte do plano de combate às alterações climáticas. Se aprovado no Parlamento, o plano prevê o corte de 5% das emissões de carbono até 2020 e 80% até 2050 (com base nos níveis de 2000) e a cobrança de quase US\$ 25 por tonelada de carbono a partir de julho de 2012. A tarifa aumentará em 2,5% ao ano até 2015, quando o país pretende adotar um plano de comércio de emissões (*cap&trade*), cujos preços passarão a ser fixados pelo mercado internacional. (*mais em “A esperança em um imposto”, em De lá pra cá, em fgv.br/ces/pagina22*)

O que a Austrália fez foi estabelecer um preço mínimo para o carbono, criando um parâmetro para o mercado, analisa Sérgio Abranches. Um exemplo de que novas ideias podem começar a fazer parte das soluções nessa era de pragmatismo climático. “Tal solução tem a vantagem de punir quem emite mais e de dar vantagens a quem produz de forma limpa. É o caminho mais inteligente que já apareceu nessa área”, afirma. [22]

[1] Mais em “Um meio para vários fins”, entrevista publicada na edição 36, disponível em fgv.br/ces/pagina22.

A vida (mais próxima de) como ela é

Um movimento na direção de relatórios integrados põe em xeque os tradicionais balanços fiscais e permite uma apuração mais precisa e completa do valor das empresas

POR DAVI CARVALHO FOTO LUCAS CRUZ

D a mesma forma que a contabilidade das nações – leia-se PIB – é cada vez mais questionada por não refletir o desenvolvimento em seus diversos aspectos, emergem em nível microeconômico novas ideias que põem em xeque os tradicionais balanços fiscais. No mundo corporativo tem ganhado força a publicação de relatórios de desempenho unificado. O movimento é para que as informações financeiras, ambientais e sociais sejam apresentadas em um mesmo documento, de modo que reflita melhor a realidade e permita uma apuração mais precisa e completa do valor das corporações. Mais que isso, essa tendência parece capaz de criar uma nova mentalidade e catalisar um processo de autoconhecimento das práticas empresariais, baseado em transparência.

Os tradicionais relatórios de desempenho, centrados unicamente nas atividades econômico-financeiras, têm a leitura dificultada devido aos jargões em excesso e ao grande número de normas a serem seguidas. Outra crítica válida é de que os relatos fiscais não consideram que as boas práticas socioambientais ou a omissão sobre o tema influem nos valores apresentados nos balanços.

O ex-presidente do Instituto Ethos e diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Ricardo Young, acredita que os relatos únicos fortalecem as empresas e dão fôlego para um crescimento futuro: “Um bom relatório integrado, ao reconhecer e avaliar as externalidades, dá uma robustez das informações de tal forma que o mercado saiba com mais exatidão o quanto de valor aquela organização efetivamente gera”.

Na economia do conhecimento, cada vez mais as empresas possuem **ativos intangíveis** que não aparecem nos relatórios de forma transparente e confiável.

Diversos estudos apontam que apenas 25% a 35% do valor real das empresas é conhecido e publicado nos balanços patrimoniais das instituições.

Para Luiz Nelson Guedes de Carvalho, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e membro do International Integrated Reporting Committee (IIRC), a informação de qualidade presente nos relatórios é fundamental para o futuro das próximas gerações: “Informação é a base do funcionamento dos mercados, e a informação de qualidade alimenta positivamente o processo de tomada de decisão econômica. A informação provida hoje – e na verdade a que vem sendo provida há décadas – peca por omitir variável relevante no processo de previsão da geração de fluxos de caixa futuros: a empresa rentável hoje terá futuro? Está cuidando de preservar os recursos naturais e humanos dos quais dispõe para buscar o sucesso?”

A ideia do relatório único tem como pilares a transparência na divulgação dos dados e a precisão dos textos apresentados, de forma que a clareza e a simplificação dos escritos, associadas a um *design* que destaque informações importantes, permitam um maior conhecimento dos acionistas, dos investidores e da sociedade acerca das empresas, suas práticas e relações. [1]

A necessidade da adoção desse tipo de relato é reafirmada pelas informações apresentadas em uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria KPMG, em 2008. O trabalho mostra que apenas 16% das 250 companhias globais estudadas quantificavam o valor do desempenho em responsabilidade corporativa para seus analistas de mercado e investidores.

O IIRC é o principal fórum de discussão sobre relatórios unificados. Entre as entidades que o compõem está a

Ativo intangível compreende o capital humano da companhia (que influi na qualidade e, logo, no preço), o capital intelectual (que cria novos produtos), a marca (que influencia a participação no mercado e a margem de lucro), a fidelidade do cliente, a propriedade intelectual e a reputação

[1] Mais sobre balanços integrados no livro *Relatório Único*, de Robert Eccles e Michael Krzus (Editora Saint Paul, 2011).

O processo de autoconhecimento pelo qual as empresas passam pode ajudá-las a melhorar sua gestão futura, diz representante da GRI

Global Reporting Initiative (GRI), rede global que reúne, em mais de 80 países, empresas, universidades, entidades governamentais, organizações multilaterais, consultorias e desenvolvedores de regras que norteiam a publicação de balanços. As diretrizes incluem protocolos de indicadores, protocolos técnicos e suplementos setoriais (com indicadores de desempenho e orientação para aplicação das diretrizes em diferentes setores).

AUTOAVALIAÇÃO

Reportar de forma integrada é mais que uma simples decisão de apresentar os desempenhos num único volume. É preciso integrar a gestão da empresa por completo. É necessária a ampliação do escopo do olhar da gestão. Em vez de o relatório ser de responsabilidade apenas do setor de contabilidade ou do financeiro, passa a ser tema central na gestão como um todo. Para produzir o relatório unificado, é necessário ouvir todas as partes interessadas (*stakeholders*) no desempenho da empresa. Esse exercício vai permitir a ela conhecer-se melhor, corrigir erros e maximizar vantagens.

O vice-presidente do conselho de *stakeholders* da GRI no Brasil, Carlos Eduardo Lessa Brandão, acredita que o processo de autoconhecimento pelo qual as empresas passam, antes de reportar integradamente, pode ajudá-las a melhorar sua gestão futura. “Com os relatórios

não financeiros, a empresa consegue se comunicar melhor com a sociedade.” Segundo Brandão, se a empresa fizer o relatório de sustentabilidade seguindo as diretrizes GRI, por exemplo, ela terá uma série de vantagens das quais pode se beneficiar bem antes de emitir o relatório. Isso porque, ao identificar os *stakeholders* e se comunicar com eles, aumentam as chances para a distinção de riscos e oportunidades que não se viam anteriormente.

A Natura é um exemplo de corporação que detectou nos relatórios conjuntos uma oportunidade para integrar as perspectivas sociais, ambientais e financeiras e, assim, buscar diferenciação entre as grandes empresas brasileiras. Para o diretor de assuntos corporativos Rodolfo Guttilla, a integração ajudou a empresa a rever processos e a repensar a maneira de fazer negócios. “A gestão se diferencia porque sempre olha para os três vetores. O principal aprendizado é que é necessário mudar a forma de fazer negócio, senão vamos esgotar os recursos do planeta. Também percebemos que é urgente rever práticas unidimensionais, que elegem um único vetor em detrimento de outros, e que é preciso visão sistêmica da realidade.” Guttilla observa que as mudanças na gestão vêm primeiro e que o **relatório** único é somente o final do processo.

CADEIA VIRTUOSA

A abertura da empresa para o mundo real que está além de suas portas seria mais um fator positivo da gestão integrada, que pressupõe um relacionamento honesto e transparente com todos os que participam da cadeia produtiva. “A empresa não pode mais lançar um produto sabendo que ele causará algum mal. É preciso ter certeza de que os insumos do produto também não estão criando passivos socioambientais, senão o meu produto vai carregar isso. Fica no DNA”, explica Ricardo Young. Segundo ele, essa preocupação passa a se dar também em relação aos fornecedores, pois não adianta a empresa

usar uma embalagem 80% reciclável se o fornecedor usa trabalho escravo. Young, no entanto, sente falta de uma padronização global dos modelos de relatórios. Para ele, é necessário que se avance para um modelo único, baseado em critérios universais. Isso porque, entre os países onde são publicados relatos conjuntos, há especificidades sobre a abrangência do número de empresas obrigadas a usar a ferramenta.

Na Dinamarca, as 1.200 maiores empresas divulgam informações em documentos integrados. Já na África do Sul somente as companhias listadas na Bolsa de Johannesburgo têm essa obrigação. Young defende que, por “estarmos em um mercado global, precisamos ter critérios de avaliação relativamente uniformes para poder ter uma percepção real de valores. As empresas não lançam ações em apenas uma bolsa, mas em algumas bolsas. Por isso, é desejável um modelo universal”.

Young acredita que as empresas, hoje, contam com ferramentas de gestão que há alguns anos não existiam, a exemplo das diretrizes e orientações da GRI e do IIRC, que permitem vislumbrar critérios universais para a publicação de balanços em alguns anos.

Em certos países, os relatórios únicos são exigidos por lei e em outros há regulamentações não oficiais de entidades empresariais. Em geral, as regras seguidas são as da GRI, mas é comum haver diferenças na abrangência das obrigações e a existência de perspectivas baseadas em teorias e crenças arraigadas em práticas antigas. Essas diferenças devem ser eliminadas ou minimizadas com a quarta geração das diretrizes GRI, em discussão mundial atualmente, e que deve ser apresentada em 2013.

No Brasil, a divulgação por meio do balanço integrado é voluntária. Um exemplo do envolvimento das empresas e de instituições foi uma decisão da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) de orientar as empresas, por meio de seu Código de Autorregulação

Conversa antiga

É possível visualizar uma evolução nas diversas tentativas no sentido de tornar os relatórios de gestão das empresas mais transparentes e precisos para as partes interessadas no desempenho das companhias (*stakeholders*).

Nas últimas três décadas, os organismos internacionais que estabelecem regras para a publicação dos balanços apresentaram modelos de relatórios que buscavam maior transparência nas publicações. Mas foi nos primeiros anos da década de 1990 que começaram a surgir relatórios específicos sobre responsabilidade social corporativa (RSC). No fim daquela década os relatórios sociais incorporaram informações ambientais e de governança.

A partir do ano 2000, informações sobre meio ambiente, responsabilidade social corporativa e governança passaram a ser mais cobradas por acionistas, investidores e por parcela crescente da sociedade. A saída foi começar a elaborar relatórios paralelos aos financeiros, mas sem uma integração.

Em seguida, ganharam força os modelos de balanços que divulgam informações financeiras e não financeiras conjuntamente. A divulgação integrada, por meio de um relatório único, agrega os setores das empresas que anteriormente trabalhavam de forma separada. O movimento pela publicação de relatório único é capitaneado pela Global Reporting Initiative (GRI) e pelo International Integrated Reporting Committee (IIRC).

e Boas Práticas para as Companhias Abertas, a divulgar relatórios de sustentabilidade nos moldes da GRI, e que, de preferência, essas informações constem de um relatório anual integrado. ■■

NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22, VEJA COMO AS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PODEM CONTRIBUIR PARA REFORÇAR O CARÁTER DE TRANSPARÊNCIA DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS

Publicado em português, inglês e espanhol, o relatório da Natura segue o conceito de materialidade da GRI, que significa atender as demandas de informação específicas de interesse de cada público. Por isso, usa diferentes meios de comunicação para atingir acionistas, investidores, colaboradores e revendedores

O espetáculo e o mito

POR CAROLINA DERIVI # FOTO ARTHUR FUJII

Na história dos megaeventos esportivos, o propalado legado urbanístico e socioeconômico configura a exceção, não a regra. Muito mais frequentes são os casos em que as populações desassistidas se transformam em vítimas de um processo atropelado de remoção e as contas das cidades mergulham no vermelho.

A urbanista Raquel Rolnik, professora da FAU-USP e relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, teve a oportunidade de conhecer *in loco* os impactos das Olimpíadas e das Copas do Mundo em diversos países. Em março de 2010, apresentou à ONU um relatório com denúncias de violações de direitos humanos e, a partir de então, transformou-se em uma espécie de porta-voz das comunidades atingidas por essas obras no Brasil.

“Os funcionários das prefeituras chegam e pintam as casas com um número, assim como os nazistas faziam na Segunda Guerra Mundial. Você sabe que a sua casa é um alvo, mas não sabe nem quando nem o quê vai acontecer com você”, denuncia a professora. Nesta entrevista, ela explica a origem do mito da bonança associada aos megaeventos e revela os fatores decisivos dos poucos casos em que o legado é inequívoco: transparência e participação.

Há evidências empíricas de que sediar grandes eventos esportivos traz desenvolvimento econômico e social?

Traz ganhos. A discussão é: ganhos para quem? E ganhos para quem? Porque, sim, mobiliza uma enorme quantidade de dinheiro e de investimentos. Não há a menor dúvida de que esses grandes eventos transformaram-se, sobretudo a partir do final dos anos 1980, numa espécie de constituição de *branding*: uma marca que é vendida associada à marca de uma cidade e de um país. Portanto, todas aquelas empresas que se associam a essa marca também são automaticamente promovidas no mercado internacional. E é uma estratégia bem-sucedida, porque o evento é visto por bilhões de pessoas, uma oportunidade única para se comunicar com essa

audiência ou com esse público consumidor. É disso que se trata: de corporações e grandes negócios, um grande evento de marketing e de marcas associadas a ele.

Claro que, dependendo da cidade, do contexto e do país, eventualmente esses momentos são utilizados também para realizar projetos que beneficiam não só as pessoas que vão usufruir do evento naquele momento, mas também outras pessoas a longo prazo. Basicamente, Barcelona ficou notabilizada por utilizar os Jogos Olímpicos para implementar um projeto de renovação urbanística e se recolocar no cenário internacional de cidades em um momento em que a gente vivia um processo muito radical de reestruturação produtiva com a globalização. Barcelona era uma

Raquel Rolnik é urbanista, autora de relatório da ONU sobre violações aos direitos humanos durante preparativos para as Copas do Mundo e as Olimpíadas



cidade industrial e portuária e estava perdendo completamente o seu lugar, porque esse lugar da indústria não estava mais se sustentando economicamente. Ao mesmo tempo, a gente também vive nesse momento a grande era dos reajustes estruturais, da retirada do governo central e dos grandes investimentos públicos. As cidades começam a entrar num jogo de autopromoção no cenário internacional para atrair investimentos externos e promover uma reengenharia da sua base econômica.

Quando se discute o legado desses eventos, sempre se menciona Barcelona-92. Há algo que se compare na história dos Jogos Olímpicos e das Copas do Mundo?

Barcelona estabeleceu uma espécie de paradigma de que os Jogos sempre se associam a um legado de transformação urbanística. Mas os projetos de intervenção urbanística não são neutros. Tem beneficiários e tem prejudicados. É importante distinguir as duas coisas.

Quando se conta a história de Barcelona, separa-se a experiência específica dos Jogos Olímpicos da história imediatamente anterior. Para entender Barcelona, é preciso entender que mais de uma década antes (*dos Jogos*) a cidade ganhou um governo autônomo socialista, num movimento que era importantíssimo para a Catalunha, de afastamento do controle autoritário e centralizado do franquismo. Trata-se de uma luta democrática e popular que durante

pelo menos uma década fez um investimento radical na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de suas periferias, investiu na melhoria das condições urbanísticas desses bairros populares, investiu na moradia, aumentou tremendamente o grau de participação popular na gestão da cidade. Então, quando Barcelona desenha o seu projeto olímpico, isso não veio do nada. Não se abriu o céu e caíram as Olimpíadas, como está acontecendo no Brasil. Mesmo assim, houve resistência, houve questionamento, houve luta, houve transformação da pauta de intervenção como consequência dessas lutas e desses questionamentos. Só que ninguém conta essa parte da história. Essa parte da história sumiu.

Então o grande paradigma de legado associado às Olimpíadas só aconteceu porque já existia uma trajetória independente do evento?

Evidentemente. Você pode ver o caso de Londres agora (*sede das Olimpíadas de 2012*). O projeto de Londres também tem uma história muito mais longa de integração, de intervenção no East End, historicamente a região com condições urbanísticas mais precárias. Além da construção de um grande parque público, a maioria dos equipamentos olímpicos será desmontada e, no seu lugar, vai ter habitação, comércio e serviços, com uma cota de 35% para habitação social subsidiada. E também no caso de Londres houve questionamento, também teve debate público e também o projeto foi transformado em razão disso.

Eu diria que onde já existe um processo público de debate e de intervenção territorial sobre a cidade, as Olimpíadas aparecem como uma oportunidade a mais dentro de um caminho para implantar esse plano. Onde não tem nada, cai do céu um projeto que não tem absolutamente nada a ver. O caso do Brasil é emblemático. As cidades brasileiras passaram, depois da aprovação do Estatuto das Cidades, no ano 2000, a elaborar projeto de plano diretor, de planejamento participativo, pensando no futuro dessas cidades. Esses planos e projetos estão todos na gaveta ou foram rasgados.

O grande projeto olímpico do Rio de Janeiro foi elaborado conjuntamente e quase que diretamente por incorporadores privados que vão lançar um enorme investimento imobiliário na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá, região na qual a intervenção urbanística pelo setor privado já estava acontecendo. Não mudou nada. Ao contrário, reforça a centralidade da Zona Oeste, uma centralidade de classe média, para poucos. É a extensão da Zona Sul. Não é o Rio de Janeiro que mais precisa de uma intervenção urbanística, como os bairros centrais. Tem tudo a ver com processos de valorização privada e muito pouco com o interesse público e uma revisão de tendências, de modo que os elementos perversos que existem no nosso urbanismo precário pudessem ser revertidos.

O legado inequívoco é a exceção dentro do histórico de grandes eventos esportivos?

Exatamente. Tem que entender isso no âmbito do que aconteceu no mercado de terras e no mercado imobiliário, com a globalização. O mercado imobiliário internacional passou a ser uma parte fundamental do circuito financeiro. A gente viveu uma “financeirização” do processo de produção de moradia e de cidades. Isso significa – e isso a gente viu com a crise americana – que os

ativos imobiliários, mais do que representarem um valor de uso para as cidades, são um ativo financeiro passivo de especulação. Veja o que é Dubai. São operações de abertura de frentes para atração desses capitais financeiros. O megaevento nada mais é que um estande de vendas, fantástico e imediato, ainda por cima associado ao espírito do esporte, da solidariedade entre os povos, do nacionalismo segundo o qual o país vai mostrar ao mundo do que é capaz. Associado a todos esses elementos, é muito mais poderoso.

De onde vem esse mito da bonança socioeconômica associada à Copa do Mundo ou às Olimpíadas?

Se a gente olhar para a história dos grandes Jogos, eles tiveram lá as suas fases. Eles começam a ter muita importância, do ponto de vista cultural e geopolítico, no pós-guerra, quando se tratava de um espaço de conciliação entre as nações. Logo em seguida, no período da Guerra Fria, era muito importante para ver quem ia ganhar. Se eram os Estados Unidos, portanto a visão do livre-mercado capitalista, ou se era o bloco soviético, e, posteriormente, a China. Era um encontro de forças, um cenário de reafirmação da Guerra Fria.

As Olimpíadas começam a ser associadas a uma intervenção na cidade nos Jogos de Los Angeles, em 1984, quando se mobiliza pela primeira vez o capital corporativo para fazer investimentos na cidade de forma mais permanente. E, desde então, toma conta. É um espaço basicamente das corporações, mediado pelos comitês olímpicos e comitês organizadores da Copa do Mundo, portanto também dos governos.

E aí, crescentemente, surgem as operações com base no tal do legado e na transformação urbanística. Mas isso, como falei, coincide com dois fenômenos: a diminuição do papel dos Estados para atendimento de demandas urbanísticas e, conseqüentemente, a entrada do capital privado na gestão; e as cidades competindo na arena internacional globalizada para ver quem capta investimentos de um excedente financeiro que fica pairando sobre o planeta procurando onde se alocar. Os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo abrem um espaço para que esse investimento aconteça, especialmente pelo que carregam também de elementos simbólicos, com a vantagem de ser um ambiente de consenso. Todo mundo gosta, todo mundo acha legal.

É por isso que existe essa expectativa de um legado transformador, quando, na verdade, o saldo convincente para os interesses difusos é raríssimo?

É um espetáculo que mobiliza corações. A mobilização é real. Você não só assiste. Você torce, você sofre, você chora. O evento trabalha com esses sentimentos e por isso é tão consensual. Tudo que se associa ao evento é contaminado por esse mesmo espírito.

Por outro lado, quando você tem uma intervenção física, as pessoas enxergam que alguma coisa foi feita. Em muitos casos, há melhorias. Se você fizer o balanço de ganhos e perdas, a maior parte da população não ganha tanto e muito poucos ganham muito, mas há transformações reais. Na África do Sul, mesmo com todas as limitações, a ligação de corredor exclusivo de ônibus para Soweto muda completamente a vida de quem vive em Soweto. Não é imaginário.

Mas tem efeitos perversos que não são lembrados, que não são tocados. Falando como relatora da ONU para o direito à moradia adequada, e em geral para os direitos humanos: o foco principal dos direitos humanos são os mais vulneráveis. Esses deveriam ser os prioritários e, em geral, são os prejudicados. São os que acabam carregando os efeitos perversos.

Sobre o envolvimento da sociedade civil, mencionado pela senhora como fator preponderante para o sucesso de Barcelona: nós aqui no Brasil ainda temos tempo de fazer isso, considerando o horizonte de 2014?

Já começa por quem formulou o projeto olímpico. Quem participou dele? E do projeto das cidades para a Copa? Esses projetos são definidos a portas fechadas entre os agentes políticos e as corporações envolvidas com a produção do evento. Ponto. Tudo o que nós construímos no Brasil de participação popular, de conselhos, de planejamento participativo, está sendo completamente deixado de lado no momento de definição das obras para a Copa e para as Olimpíadas.

A senhora vê diferença na forma de condução desses processos entre países centrais e os menos desenvolvidos?

Uma coisa é você fazer uma grande operação de renovação urbanística quando um grau básico de urbanidade já foi conquistado, como era o caso de Barcelona, ou como é o caso de Londres. Durante 50 anos, Londres fez uma política muito forte de investimento em habitação social, com 30% de todos os empreendimentos obrigatoriamente produzindo habitação popular, e por isso conseguiu praticamente zerar as condições precárias de moradia.

Outra coisa é a situação do Brasil, ou de Nova Délhi, na Índia, onde aconteceram os Commonwealth Games. Parece-me que, no nosso caso, esse tal legado deveria ser totalmente dirigido para constituir esse grau básico de urbanidade ou pelo menos ir na sua direção. Mas não. O que a gente viu é que as pessoas que moravam

em condições precárias foram simplesmente expulsas, suas casas destruídas e nenhuma alternativa apresentada. E nós estamos repetindo aqui no Rio de Janeiro, neste momento, a mesma coisa. Em outras cidades brasileiras também. É assim: “Aqui vai ter um estádio? Ah, beleza, vamos saindo, vamos tirando tudo fora”, sem respeitar os direitos dessas pessoas e sem equacionar devidamente as alternativas.

Segundo o seu relatório, os impactos quanto a moradia se repetem, sobretudo nos países menos desenvolvidos, em razão da urbanização precária?

Exatamente. Os impactos se repetem e são mais graves. Mas isso aconteceu em Atenas também.

Essa nova tendência de sediar a Copa do Mundo em países periféricos diz alguma coisa sobre a Fifa (Federação Internacional de Futebol)?

A Fifa vai aonde está o dinheiro. Eu pude testemunhar isso ao preparar um relatório sobre os megaeventos e o direito à moradia e apresentá-lo à ONU. Eu me dirigi, como relatora, ao Comitê Olímpico Internacional e à Fifa para poder discutir com eles, ver como é que eles tratavam essa questão. Eram denúncias que eu recebia sistematicamente de expulsões forçadas em massa, tanto em Pequim como em Nova Délhi, como em vários lugares da África do Sul. E com o COI eu consegui estabelecer uma conversa, entender como é o processo, começar uma interlocução. A Fifa nem sequer me respondeu.

Em países periféricos não seria mais fácil empurrar certa exigências?

Não sei. Eu não fiz uma análise sobre como se deu a relação da Fifa, por exemplo, com o governo da Alemanha para a Copa de 2006. O que eu vi e que achei absolutamente escandaloso foi que a Fifa estabeleceu protocolos com os governos locais da África do Sul. Exigências do tipo: não se podia vender outra marca de cerveja, não apenas dentro dos estádios, mas num raio de quilômetros no entorno dos estádios. Foi estabelecida uma política específica com julgamento sumário no momento em que a pessoa pudesse cometer algum tipo de delito. De tal maneira que a gente pode chamar de estados de exceção e territórios de exceção. Eu não sei se essa é uma tendência no tempo, que foi piorando, ou se é porque se trata dos países emergentes. Mas, de fato, o estado de exceção tem-se ampliado. E, eu não preciso dizer, as denúncias de corrupção em relação à Fifa são notórias.

Em termos de transparência, como a senhora avalia a remoção e o reassentamento de pessoas no Brasil para a Copa e para as Olimpíadas?

É completamente obscuro. Você não consegue encontrar em nenhum lugar, dentro dos projetos formulados pelas cidades, quantas pessoas serão removidas, qual é o valor que está previsto, o que foi apresentado para elas, para onde elas vão. Quando vai haver uma remoção, a comunidade tem de conhecer o projeto, tem o direito de discutir o projeto, tem o direito de apresentar uma

Tudo o que nós
construímos no
Brasil, em termos
de participação, está
sendo deixado de
lado nesse momento

Com o COI eu consegui estabelecer uma conversa, entender como é o processo. A Fifa nem me respondeu

alternativa, de estabelecer uma negociação. Tem o direito de ter um organismo independente para a própria comunidade poder acompanhar esse processo, com assistência técnica e jurídica, por exemplo, da universidade.

A senhora está falando da lei brasileira ou internacional?

Eu estou falando dos tratados internacionais sobre o direito à moradia dos quais o Brasil é signatário e que, portanto, são plenamente aplicáveis aqui. Eu tive a oportunidade de visitar comunidades que serão objeto de remoção. As pessoas não sabem de nada, não sabem por que, não sabem quando. Os funcionários da prefeitura chegam e pintam as casas com um número, assim como os nazistas faziam na Segunda Guerra Mundial. Então você sabe que a sua casa é um alvo, mas não sabe nem quando nem o que vai acontecer com você, nem que espaço você tem para conversar. Isso está acontecendo no Morro da Providência (*Rio de Janeiro*), em Fortaleza, e em outras cidades, sem nenhuma transparência, numa violação clara do que dizem os tratados internacionais sobre a matéria.

Ricardo Teixeira costuma dizer que a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) é uma entidade privada, a Copa é um evento privado, aparentemente dando a entender que ninguém tem nada a ver com isso. Como a senhora analisa esse argumento?

A CBF pode ser uma entidade privada, mas nossas cidades são públicas, pelo menos até onde eu entendo o conceito de cidade. A gente não pode simplesmente deixar que as nossas cidades, com o beneplácito e a participação dos nossos governantes, sejam transformadas por pautas definidas por uma entidade privada.

Nos estados e cidades que não costumam receber tanto investimento do governo federal, o gasto com estádios se justifica, eventualmente, pelas transformações urbanísticas associadas?

Essa é outra dimensão: o gasto público. O governo federal não

está colocando recursos na construção de estádios, mas governos estaduais estão. Está-se usando subterfúgios e alguns jeitinhos para entrar dinheiro público. É o caso do Atlético Paranaense, cujo estádio vai ser ampliado e reformado com a venda de recursos de potencial construtivo. O potencial construtivo é definido no âmbito do planejamento da cidade, portanto é de propriedade pública. Tem também o próprio investimento e financiamento do BNDES com juros mais leves que os do mercado, o que configura também financiamento público.

A segunda questão é o gasto total. Vale a pena? A gente tem casos de cidades que se endividaram. Olha o que está acontecendo na Grécia. Uma parte tem a ver com o custo das Olimpíadas de Atenas e que não foi pago. Agora está-se discutindo isso na África do Sul. O balanço é vermelho. Eu vi um estudo que fez o mesmo cálculo no caso dos Commonwealth Games, na Índia. E num país que tem uma demanda de investimentos tão importante como o nosso, vale a pena gastar nesse tipo de coisa? Acho que a pergunta é totalmente procedente.

Na sua opinião, o que feriria mais o orgulho dos brasileiros? Um novo Maracanazo ou problemas de organização que pudessem prejudicar a imagem do país?

Tem uma dimensão no campo geopolítico internacional que é uma tensão entre os países emergentes e menos desenvolvidos e Europa e América do Norte. É uma tensão mais ou menos assim: “Ah, esses paisinhos emergentes não sabem organizar nada, são todos corruptos”. Tem uma pauta muito importante que é a afirmação dos países de que podem, sim, organizar grandes eventos. Isso foi extremamente importante para a África do Sul e é extremamente importante para o Brasil no cenário internacional, porque esses países estão tentando se colocar como contrapeso político numa História de hegemonia do mundo. Não é só de nacionalismo bobo, é também uma tensão real entre países. Quem manda no planeta? Acho que o Brasil está-se colocando numa posição de liderança dos excluídos. Esse componente é também muito importante. Para o cidadão brasileiro, evidentemente, as emoções de ganhar ou perder um jogo são terríveis. Pelo amor de Deus, só falta a gente perder essa final no Maracanã, vai ser muito deprimente. Mas do ponto de vista da geopolítica internacional, o impacto de organizar mal ou bem vai ser mais importante. A questão central é: para quem?

Eu gostaria que a senhora respondesse à sua pergunta. No Brasil, a quem vai beneficiar? Qual a sua expectativa?

Eu tenho grandes dúvidas. Pelo andar da carruagem, esta é uma operação que beneficia algumas grandes corporações e empresas, que vão conseguir vender produtos e serviços, algumas nacionais, outras multinacionais. E vai encher os cofres da Fifa e da CBF e dos seus dirigentes.

Vai ter alguma coisa pontual, algum corredor de ônibus que vai beneficiar a população que não tinha um ônibus bom, alguma reforma de espaço público em que uma parte da população vai encontrar um lugar agradável em cidades que são geralmente desagradáveis, algumas operações sobre assentamentos informais. Mas o centro da agenda, a balança dos ganhos e perdas é que é a questão. [zzz](#)

[COLUNA]

Vende-se rim, único dono | Cerca de 10% dos órgãos transplantados em todo o mundo seriam oriundos de tráfico ilegal, um assunto repleto de lendas urbanas que ainda está longe de ser plenamente entendido e mapeado **POR REGINA SCHARF***

Acada ano são realizados mais de 66 mil transplantes de rim, 21 mil de fígado e 6 mil de coração. Desse total global, 10% envolveriam o tráfico de órgãos, segundo a Organização Mundial da Saúde. No entanto, a OMS trabalha com dados defasados e, a crer nos relatos da mídia, o problema é muito maior.

Nos últimos meses, redes que comercializam órgãos humanos foram desmanteladas nos Estados Unidos, na Índia, no Paquistão e no Japão. Num desses episódios, em janeiro, a polícia prendeu cinco envolvidos num transplante intermediado pela Yakuza, a máfia japonesa. O paciente pagou por um rim adquirido de um gangster aposentado, que assinou um atestado de adoção falsificado (por lei, ele teria de pertencer à família do receptor). Mas o negócio não prosperou, porque a Yakuza cobrou um pedágio de mais US\$ 125 mil. Então o cliente decidiu adotar um jovem de 20 anos e o transplante acabou sendo realizado.

As histórias de tráfico de órgãos têm poucas variantes: de um lado, estrangeiros ricos e desesperados cujas vidas dependem de uma doação que nunca vem. Eles estão dispostos a viajar para o país dos potenciais doadores e a pagar pequenas fortunas, se necessário. Do outro lado da transação, um batalhão de miseráveis, vítimas de guerra ou de acidentes naturais, muitas vezes seduzidos pela lábia de intermediários. No meio, médicos, hospitais e mafiosos que faturam com o chamado “turismo de transplantes”.

Este é, naturalmente, um negócio muito rentável. Levantamento feito pela OMS, há quatro anos, calculava o custo de um transplante renal entre US\$ 70 mil e US\$ 160 mil. Outra fonte, o Havoscope, um banco de dados com tudo o que se publica sobre os mais variados tipos de mercado negro, estima que um rim esteja cotado em 150 mil dólares, em média. No entanto, os doadores ficariam com apenas 5 mil dólares, uma trigésima parte do valor pago – isso quando não são passados para trás.



“Uma mulher de origem libanesa me contou que um empresário espanhol pagou um preço muito alto pelo seu rim. No final, porém, ela não recebeu nada. Hoje, a sua vida é bem pior do que antes, porque as complicações do pós-operatório não permitem que ela trabalhe normalmente”, escreveu recentemente Susanne Lundin, estudiosa do tema e professora de Etnologia da Universidade de Lund, na Suécia. “Comerciantes de órgãos que encontrei na antiga União Soviética, no Oriente Médio e na Ásia me contaram histórias semelhantes.”

Três países são considerados mecas do tráfico de órgãos, embora tenham leis que proíbem a atividade: Índia, Paquistão e Filipinas. Em abril, o Sindh Institute of Urology and Transplantation denunciou que mais de 450 órgãos haviam sido comercializados em aldeias da região do Punjab, desde o começo de março, quando o Paquistão aprovou legislação contra o

tráfico. No passado, segundo o instituto, o problema era ainda maior – mais de 1.500 estrangeiros vinham ao país, a cada ano, para comprar órgãos.

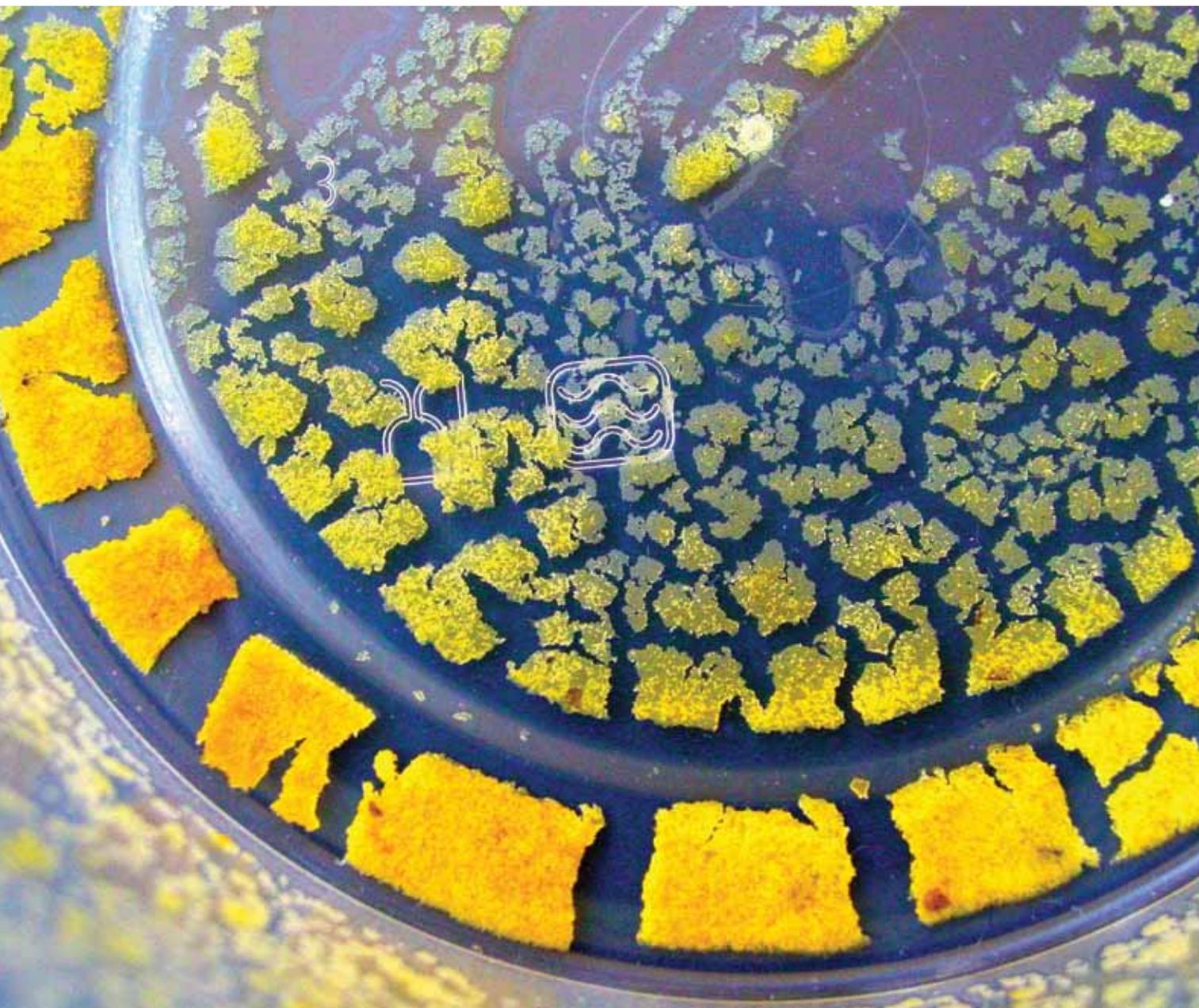
Um quarto país se destaca. A China adota uma prática particularmente controversa – a venda de órgãos extraídos de prisioneiros executados. Algumas fontes estimam que mais de 65% dos transplantes feitos no país utilizam órgãos provenientes de presídios. Mas o governo chinês tem promovido campanhas para aumentar as doações voluntárias e proibiu transplantes de doadores vivos – a menos que eles sejam de parentes próximos do paciente.

O Brasil, onde a venda de órgãos é proibida, aparece esporadicamente entre os promotores desse comércio, mas em escala bem mais reduzida. Em 2003, na chamada “Operação Bisturi”, a Polícia Federal identificou uma centena de brasileiros que se propuseram a passar pela cirurgia na África do Sul em troca de quantias entre US\$ 6 mil a US\$ 10 mil.

É um assunto nebuloso, que mistura contos de horror e lendas urbanas – vide o rumor de que jovens estariam sendo sequestrados em banheiros de shoppings brasileiros para acordar no dia seguinte imersos numa banheira de gelo e com uma imensa cicatriz nas costas. Outro rumor, ainda não plenamente descartado, é de que o primeiro-ministro do Kosovo, Hashim Thaci, teria liderado uma gangue que removia os rins de civis sérvios assassinados durante a luta pela independência do país, no fim dos anos 1990. A denúncia partiu, em dezembro de 2010, do Conselho da Europa – mas Thaci nega semelhante história, as evidências são pífiás e há sérias dúvidas se isso teria realmente acontecido.

Das prisões chinesas às favelas brasileiras, da Yakuza aos mafiosos russos – tudo e todos parecem ter um dedo nesse tráfico, que ainda está longe de ser entendido e mapeado.

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE



O que é, o que é?

No Flickr, rede social para o compartilhamento de imagens na internet, existe um grupo chamado "What is that?!" (O que é isso?!). Ali, onde novos trabalhos são publicados todos os dias, a brincadeira é desvendar o que são e como foram feitas fotos consideradas abstratas.

É própria da fotografia a capacidade de revelar um mundo que o olhar cotidiano, às vezes endurecido, não consegue perceber. Como nesta imagem do fotógrafo que se identifica como Caneles: trata-se do fundo de uma tigela com *curry* do dia anterior. Quem poderia imaginar que restos de comida podem se assemelhar a uma vista aérea?

Os palpites do grupo às vezes são dominados pelas noções técnicas de luz e lentes. Mas vale o desafio também para os leigos interessados em treinar um olhar mais detido e em lembrar que a primeira vista é apenas um dos muitos ângulos da realidade. [Flickr.com/groups/_what_is_that](https://www.flickr.com/groups/_what_is_that/) - POR CAROLINA DERIVI

CANELES

PROTEGEMOS O ALIMENTO BEM ANTES DE ELE ENTRAR NA EMBALAGEM.

Há mais de 50 anos, projetamos embalagens para manter o alimento protegido. Mas, de que serviria isso, se esses alimentos não fossem bem processados? É aí que entra o Tetra Therm® Aseptic VTIS, um equipamento da Tetra Pak com tecnologia de ponta, que elimina todas as bactérias nocivas. Proteger os alimentos: ninguém faz isso melhor do que nós. **Esse é o nosso trabalho. Esse é o Círculo da Proteção.**



Tetra Pak, e PROTEGE O QUE É BOM são marcas registradas pertencentes ao Grupo Tetra Pak. www.tetrapak.com.br



Jefferson Leandro Garcia,
consultor Natura
e coordenador do projeto
de doação e restauração
de livros para a
Biblioteca Pública de Poços
de Caldas, MG.

Um livro doado, muitos livros doados, uma biblioteca. Uma cidade inteira lendo mais e melhor. Alguém tem que começar, alguém tem que acolher. **Por todos os cantos do Brasil, existem consultoras e consultores Natura que, com suas ideias e ações, estão transformando a realidade em que vivem e começam a escrever uma nova história.** A Natura acredita no poder dessas iniciativas. Por isso, criou o Programa Acolher, que identifica e apoia ações sociais desenvolvidas por nossa rede em todo o país. Ações que inspiram outras ações e que, cada uma a seu modo, têm o mesmo objetivo: transformar o mundo em um lugar melhor.